

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**DO ÓCIO DE VEBLEN AO CONTROLE DAS EMOÇÕES DE ELIAS:
POSSÍVEIS ENFOQUES PARA UMA INTERPRETAÇÃO DO LAZER**

GONÇALO CASSINS MOREIRA DO CARMO

CAMPINAS, 2002

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA-FEF-UNICAMP

Carmo, Gonçalo Cassins Moreira do
C213d Do ócio de Veblen ao controle das emoções de Elias: possíveis enfoques para uma interpretação do lazer / Gonçalo Cassins Moreira do Carmo. – Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador: Gustavo Luis Gutierrez
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas

1. Lazer. 2. Veblen, Thorstein, 1857-1929. 3. Elias, Norbert, 1897-1990. I. Gutierrez, Gustavo Luis. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

Dedicatória

À minha esposa Fabiane e minha filha Artemis, pelo companheirismo, dedicação, compreensão e amor. Elas representam a alma deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Aos funcionários da Secretaria de Pós Graduação da Universidade Estadual de Campinas, pela atenção e carinho dispensados no exercício de suas atividades.

Aos meus colegas de turma e amigos Sílvia e Evandro, pelos gratificantes momentos.

É especial a admiração que passei a nutrir pela professora Heloísa Bruhns, e pelo Professor Jocimar Daolio, cuja ajuda foi fundamental para o desenvolvimento deste estudo.

Minha gratidão ao Prof. Ademir Gebara, à Prof^a Maria Beatriz Ferreira, ao Prof. Luiz Alberto Pilatti, pelas importantes sugestões e amizade compartilhada.

Em particular ao Prof. Gustavo Luis Gutierrez, meu orientador, pela confiança, expectativas, e por suas grandes contribuições. A ele também pertencem muitos dos méritos deste estudo.

“Nossa missão na vida não consiste em superarmos os outros; consiste em superarmos a “nós” mesmos! (Thomas Monson).

“Os maiores guerreiros são aqueles que, mesmo sabendo que não tem chance, partem para a luta sem medo da derrota”!...

SUMÁRIO

RESUMO	xv
ABSTRACT	xvii
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I VEBLÉN E A TEORIA DA CLASSE OCIOSA	04
1.O Surgimento da Classe Ociosa e o Início da Propriedade.....	06
1.1 O Ócio e suas Significações.....	13
1.2 O Estágio Pecuniário.....	16
1.3 Sobrevivências Modernas da Proeza.....	25
CAPÍTULO II A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO	32
2. A Construção do Cenário: da Feudalização a Formação do Estado.....	35
2.1 Um Olhar Sobre a Sociogênese do Absolutismo.....	37
2.2 A Dinâmica das Forças Centralizadoras e Descentralizadoras: A Configuração Medieval de Poder.....	40
2.3 O Aumento da População.....	43
2.4 Sobre a Monopolização Territorial: O Nascimento do Estado, O Exemplo da França.....	46

2.5. Lazer e Prazer: Um Caminho a Percorrer.....	50
2.6. As Emoções Humanas: Um Elemento Fundamental de Análise.....	51
2.7 A Busca do Prazer.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS: TENTATIVAS DE APROXIMAÇÃO.....	67
BIBLIOGRAFIA.....	77

RESUMO

Este estudo busca fundamentalmente, interpretar o fenômeno lazer sob duas óticas diferenciadas. Num primeiro momento, utilizamos a “TEORIA DA CLASSE OCIOSA” de Thorstein Bunde Veblen, para investigar o surgimento da classe ociosa, o início da propriedade, o ócio e suas significações, e o estágio pecuniário. Num segundo momento, tendo como pano de fundo “O PROCESSO CIVILIZADOR”, objetivamos, sob a ótica de Norbert Elias, mapear as principais transformações ocorridas na sociedade européia durante os séculos VII a XVII, centrando as discussões acerca do crescente processo de autocontrole, ao qual a humanidade foi submetida. Destacamos, portanto, o papel central da busca do prazer e das emoções humanas para os estudos do lazer. Em síntese, procuramos em nosso estudo, possíveis pontos de aproximação entre VEBLEN e ELIAS, evidenciando a necessidade de um escólio mais amplo do fenômeno lazer e, da importância de interpretações desta natureza.

ABSTRACT

Essentially this study looks for interpreting the leisure phenomenon under two differential viewpoints. In a first moment we used the “THEORY OF THE LEISURE CLASS” by Thorstein Bunde Veblen, to investigate the leisure class appearance, the beginning of property, the idleness and its meanings, and pecuniary standard. In a second moment, based on a “ THE CIVILIZING PROCESS THEORY” we aim under the Norbert Elias’ viewpoint mapping out the manly changes taked place in the Europe society during the seventh to seventeenth century, focusing the arguments to the increasing process of self-control, which making was submitted. Therefore, We feature the main role of de search for pleasure and the human emotions for the leisure studies. In short, We have looked for in our study possibles approximation points between VEBLEN and ELIAS, making evident the need of a wider interpretation of the leisure phenomenon and the importance of studies related to leisure.

INTRODUÇÃO

É sempre um desafio tentar refletir sobre o ser humano e, conseqüentemente, suas distintas relações. Lançar olhares sobre o fenômeno lazer, implica em adentrar em terreno difícil, dada a multiplicidade de interpretações possíveis.

Ler um clássico é saborear a riqueza da permanência. Atravessar o tempo, superar conjunturas e, ainda sim, manter-se generoso e pródigo nos ensinamentos, nas descobertas. Depois da leitura de um deles, sempre resta a sensação de que algo mais, daquilo que pudemos aprender, nos escapou e continua a desafiar nossa capacidade de percepção. Clássicos, portanto, são aqueles autores que se revelam fonte inesgotável, surpreendendo tanto os primeiros leitores quanto os que fazem releitura¹.

Como há de se notar, não são raros os estudiosos que têm buscado interpretar o lazer em suas obras. Em nosso estudo, interpretamos o lazer de acordo com dois autores clássicos, de abordagens originais e que, ao nosso entender, superam as barreiras do tempo. Estamos nos referindo aqui a Thorstein Bunde Veblen, e a Norbert Elias.

Filho de um carpinteiro norueguês emigrado, VEBLEN nasceu em Wisconsin em 1857, mudou-se mais tarde com a família para uma comunidade escandinava do Minnessota. Graduou-se em filosofia pela Johns Hopkins e, em 1884, tornou-se doutor em filosofia em Yale. Depois de completar Economia com uma bolsa de estudos na Universidade de Cornele, foi como Professor Assistente para a recém organizada Universidade de Chicago, de onde foi dispensado em 1906, depois de ter realizado algumas das mais fecundas pesquisas de sua vida acadêmica, graças às suas heresias econômicas.

¹ OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Revisitar os Clássicos**, um convite aos estudiosos do trabalho e do não-trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA (4.:1996: Belo Horizonte). **Coletânea**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. p. 324-328.

Devido às suas controversas opiniões a respeito da sociedade americana e seu ceticismo religioso, teve dificuldades em ser aceito pelo conservadorismo da academia, ensinando em diversas escolas durante sua carreira. Foi editor do *Journal of Political Economy* e recusou a presidência da *American Economic Association*, uma das mais cobiçadas posições na vida acadêmica dos Estados Unidos.

De 1906 a 1918 foi Professor da *Leland Stanford* e da Universidade de *Missouri*, e finalmente foi ao leste pronunciar conferências na *New School for Social Research*, falecendo em 1929.

ELIAS por sua vez, nasceu em Breslau em 1897, e morreu em Amsterdam em 1990. Sociólogo alemão, estudou medicina, filosofia e psicologia nas Universidades de Breslau e Heidelberg. Trabalhou com Karl Mannheim em Frankfurt.

Abandonou a Alemanha nazista em 1933, indo primeiro para França e depois para a Inglaterra, onde foi Professor de Sociologia na Universidade de *Leicester* (1945-62). Mais tarde, lecionou na Universidade de Gana (1962-4) e no *Zentrum für Interdisziplinäre Forschung in Bielefeld*. Sua obra mais conhecida é “O PROCESSO CIVILIZADOR”, que analisava os efeitos da formação do estado na Europa sobre os costumes e a moral dos indivíduos.

Eis, portanto, como a exposição foi decomposta: o primeiro capítulo analisa a “TEORIA DA CLASSE OCIOSA”, de VEBLEN e busca fundamentalmente discutir seus aspectos mais relevantes, oferecendo atenção especial ao surgimento da classe ociosa, ao início da propriedade, ao ócio e suas significações e ao estágio pecuniário.

Sua obra é uma das mais ousadas interpretações da história econômica. A tese é simples: pessoas acima da linha da mera subsistência não aproveitam os excessos que a sociedade lhes deu visando a propósitos úteis, mas buscam impressionar as outras pelo fato de serem possuidoras desse excesso.

Enfim, buscou-se perceber as transformações e significações do ócio/lazer no contexto da sociedade Norte Americana do século XIX.

Já no segundo capítulo, interpretamos o lazer sob a ótica de ELIAS e DUNNING (A BUSCA DA EXCITAÇÃO), tendo como pano de fundo o processo civilizador. Utilizamos também as contribuições de Johan Goudsblom (FIRE AND CIVILIZATION), autor que tem apontado sistematicamente para a necessidade de irmos além de ELIAS, no sentido de que o processo civilizador não se esgota na história de algumas gerações. A chave deste processo estaria, portanto em assumir a conquista do fogo como os últimos estágios do processo de civilização.

Os escritos de ELIAS colocam a questão do controle das emoções, tendo como foco a sociedade européia, construindo uma teoria centrada na Europa, o que não significa dizer que se trata de uma teoria eurocêntrica.

A tarefa a ser cumprida é a construção do cenário ou, em outras palavras, o mapeamento das principais transformações ocorridas na sociedade européia durante os séculos VII a XVII, centrando as discussões no clássico “O PROCESSO CIVILIZADOR”. Discutiremos, possíveis caminhos para a construção de uma teoria do lazer, destacando como aspectos centrais: a busca do prazer e as emoções humanas.

Nas considerações finais, procuramos possíveis aproximações entre VEBLEN e ELIAS, retomando as questões formuladas, explicitando as principais contribuições que um estudo dessa natureza pode trazer para a interpretação do lazer. Ao mesmo tempo, destacamos a atualidade e permanência das questões aqui aludidas.

CAPÍTULO I

VEBLEN E A TEORIA DA CLASSE OCIOSA

Atualmente, “A TEORIA DA CLASSE OCIOSA”¹ tem sido citada como uma das primeiras e principais contribuições à teoria do lazer, apresentando uma tese evolutiva na relação entre lazer e civilização.

Para aqueles que não têm acompanhado a leitura desta obra, é aconselhável que pontuemos seus principais aspectos. O interesse central da obra converge para temas ligados à estratificação e às mobilizações sociais, ao surgimento da classe ociosa, bem como às relações dessas questões com a consolidação da propriedade privada.

Para demonstrar como ocorreu este processo, o autor não utiliza de balizas temporais precisas, mas sim de estágios culturais. De acordo com o autor, a sociedade humana pode ser dividida em quatro fases: selvageria pacífica, bárbara, predatória e pecuniária.

Passamos a seguir a apresentar de forma sucinta as principais características de cada estágio, com o objetivo de oferecer subsídios para que o leitor possa acompanhar o desenvolvimento do nosso raciocínio de forma mais clara.

¹ Entre todas as obras escritas por VEBLEN “A Teoria da Classe Ociosa” foi o que exerceu a influência mais profunda em nossa época e o que tem reunido sob a sua bandeira os mais eminentes economistas em todo o mundo. VEBLEN, T. B. **A Teoria da Classe Ociosa**: Um estudo econômico das instituições. São Paulo: Pioneira, 1965.

Selvageria Pacífica

Este estágio cultural caracteriza-se pela existência de princípios de cooperação e proteção mútua no qual os recursos são compartilhados. Não há propriedade individual em nenhuma estrutura de classe. A inovação e o desenvolvimento humano são produzidos por curiosidade inativa (experimentação); porém, este desenvolvimento é inibido pelo baixo nível de desenvolvimento tecnológico e econômico.

A Fase do Bárbaro

Esta fase começa com o aparecimento de tribos, com a acumulação de riqueza por meios agressivos (guerras e pilhagens). A sociedade é governada por lucros a curto prazo. O potencial de produção em excesso e as funções cerimoniais e rituais são inibidos pelo baixo controle sobre a natureza e a sociedade. As atividades de lazer individuais e coletivas são altamente limitadas. A vida cotidiana é dominada pela luta para sobreviver. O sistema de classes tem origem neste estágio.

A Fase Predatória

As marcas desta fase são o aparecimento de sociedades territoriais nas quais o centro dinâmico da acumulação são a propriedade de escravos e a propriedade individual. Nesta fase, persistem ainda algumas características da fase bárbara. A escravidão continua caracterizando as relações econômicas e sociais. No entanto, a propriedade individual, o desenvolvimento da horticultura e o aumento da densidade da população nutre o crescimento do uso de tempo do não trabalho e gera uma classe ociosa. Assim, esta classe consolida sua posição desenvolvendo uma bateria de postos honoríficos nos campos da

guerra, religião, governo e esportes

A Fase Pecuniária

Esta fase é predita no desenvolvimento de uma economia de dinheiro. O lazer é definido como consumo não produtivo do tempo. Ocorre a expansão da classe de serviços.

Feitas as constatações iniciais, passamos a investigar o surgimento da classe ociosa e o início da propriedade, retomando de forma mais específica as características apresentadas aqui de forma resumida.

1. O Surgimento da Classe Ociosa e o Início da Propriedade

Como explicitamos anteriormente, um dos pontos centrais da teoria de WEBLEN aponta para o surgimento da classe ociosa, assim como para a consolidação da propriedade privada.

Desta forma, investigaremos, no decorrer deste capítulo, como tais processos ocorreram. Sem mais delongas, passemos à nossa análise.

A origem da classe ociosa remonta aos estágios avançados da cultura bárbara, verificando-se no interior das classes altas (classes nobre e sacerdotal e grande parte de seus agregados), isto é, camadas que não exerciam atividades industriais², sendo que suas ocupações repousam em quatro elementos ordenadores: atividades governamentais,

² Segundo WEBLEN todas as atividades do grupo social primitivo tendem a se dividir em duas classes, que na terminologia “moderna” se poderiam chamar de proeza e indústria. Indústria é o esforço para criar coisas novas, da matéria passiva e “bruta” com um novo fim que lhe é dado pela mão de seu criador; proeza, na medida em que resulta em utilidade para o agente. *Ibid.*, p.29.

guerreiras, religiosas e esportivas. As ocupações industriais cabiam às classes inferiores encarregadas de toda sorte de tarefas ligadas à sobrevivência, tanto de si quanto a de seus superiores.

À classe ociosa cabiam atividades consideradas dignas, atividades que requeriam a intervenção da proeza ou da façanha³; já as atividades rotineiras, nas quais o componente espetacular não habitava, eram tidas como atividades indignas⁴, sendo o trabalho considerado desagradável, em virtude da indignidade a que ele está ligado. Esta condição envolve, inclusive, os próprios instrumentos utilizados na atividade produtiva, considerados indignos de um homem capaz.

O aparecimento desta classe coincide com o início da propriedade, pois ambas resultam do mesmo conjunto de forças econômicas. Tanto o ócio como a propriedade são elementos da estrutura social. No entanto, o abandono habitual do trabalho não constitui uma classe ociosa; tampouco o fato mecânico do uso e consumo constitui a propriedade.

A diferença primitiva, da qual originou-se a divisão em uma classe ociosa e uma classe trabalhadora é, no entendimento de VEBLEN, resultante da distinção entre trabalho feminino e masculino, existente nos primeiros estágios do barbarismo. Do mesmo modo, a forma mais primitiva de propriedade é a que apresenta os homens capazes sobre as mulheres, podendo-se afirmar que se trata de propriedade da mulher pelo homem⁵.

³ Estas atividades tocam o homem, porque são mais fortes, mais sólidas, mais capazes de tensão súbita e violenta e mais facilmente dispostos à auto-afirmação, à emulação ativa e à agressão. Uma vez estabelecido o trabalho do homem bárbaro, no seu pleno desenvolvimento e na sua mais ampla diferença do trabalho feminino, todo esforço que não envolva uma afirmação de proeza passa a ser considerado como indigno do homem.

⁴ Para VEBLEN sinal evidente deste fato é a repugnância instintiva pelas formas mais vulgares do trabalho que sentem, com raríssimas exceções os membros das classes mais altas.

⁵ Para maiores esclarecimentos de como ocorreu este processo, indicamos a leitura do capítulo intitulado “EMULAÇÃO PECUNIÁRIA”. VEBLEN, T. *passim*.

Entretanto, o autor argumenta que, sem dúvida, antes que surgisse o costume da apropriação de mulheres, existia alguma apropriação de artigos úteis. É o que nos demonstram os usos de algumas das comunidades arcaicas hoje existentes, nas quais não existia a propriedade das mulheres. Em todas as comunidades, os seus membros, tanto homens quanto mulheres, se apropriam habitualmente de certo número de coisas para o seu uso individual, não havendo, porém, o sentido de propriedade, ou seja, para os membros desta sociedade não existia o “direito convencional sobre coisas alheias”⁶.

Nos estágios mais baixos do barbarismo, a propriedade das mulheres começa, aparentemente, com a apropriação de mulheres cativas. Esta forma de apropriação tem sua razão inicial na sua utilidade como troféus. Este costume resultou numa forma de casamento-propriedade fundada na coerção, com formação de uma estrutura familiar sob chefia de um homem. Estendendo-se depois a escravidão a outros cativos e dependentes, além das mulheres tomadas do inimigo.

Diante disso: “O conceito de propriedade se estende da propriedade de mulheres para incluir a propriedade dos produtos de sua indústria, resultando daí a propriedade das coisas além da propriedade das pessoas”⁷.

Nesse processo evolutivo, instala-se gradativamente o sistema de propriedade sobre bens; e embora mais patente do valor das coisas seja a sua utilidade de consumo, a riqueza de modo algum perdeu ainda a sua utilidade como prova honorífica da prepotência do dono. Acrescenta o autor:

⁶ VEBLEN. *Ibid.*, p.37.

⁷ VEBLEN, p. 38.

Onde quer que se encontre a instituição da propriedade privada, mesmo sob forma muito embrionária, o processo econômico tem o caráter de uma luta entre os homens pela posse de bens. Na teoria econômica, especialmente no caso dos economistas que se ligam mais fortemente às doutrinas clássicas sob forma moderna, é costume interpretar esta luta pela riqueza como sendo substancialmente uma luta pela subsistência.⁸

O consumo de bens não pode ser tido como o incentivo que leva invariavelmente à acumulação, exceto quando tomado num sentido muito afastado de sua significação primitiva. O motivo que está na base da propriedade é, para VEBLEN, a emulação, e esse mesmo motivo continua ativo no desenvolvimento posterior, tanto da própria instituição a que deu causa como daqueles traços da estrutura social, a que se liga essa instituição da propriedade. A posse de riqueza confere honra.

A necessidade de subsistência e de aumento de conforto físico pode, durante algum tempo, para as classes habitualmente empregadas no trabalho manual, constituir o motivo dominante da aquisição. Porém, o incentivo dominante desde o início foi a distinção odiosa ligada à riqueza.

A propriedade de coisas ou pessoas era útil principalmente pela comparação odiosa⁹ que se estabelecia entre o seu possuidor e o inimigo do qual ele tomara. Essa comparação se prendia em parte à utilidade da coisa apreendida, além de ser vista como proeza de todo o grupo e conferir-lhe honra.

Todavia, assim que começa a tomar consistência o costume da propriedade individual, começa também a mudar o ponto de vista que preside a comparação odiosa na qual ela se baseia.

⁸ Argumenta o autor que, sem dúvida nenhuma é esse, em grande parte, o seu caráter durante as primeiras e menos eficientes fases da indústria. Entretanto, todas as comunidades progressistas ultrapassam logo este primitivo estágio de desenvolvimento técnico. Muito cedo cresce a influência industrial, de modo que tem a comunidade bem mais que o estritamente necessário para a subsistência dos que se ocupam no processo industrial.

⁹ Esta comparação odiosa é o processo de estimativa das pessoas relativamente ao seu valor.

No curso desta mesma evolução cultural, a base inicial da propriedade, caracterizada principalmente pela aquisição por simples apreensão e apropriação, passa à fase subsequente de uma organização industrial incipiente, fundada na propriedade privada de escravos.

A posse de bens assume valor, não apenas de prova de sucesso guerreiro, mas principalmente como prova da prepotência (força de vontade) do possuidor sobre os outros indivíduos da comunidade. A comparação odiosa passa, então, a ser principalmente uma comparação entre o proprietário e os outros membros do grupo.

À medida que a atividade industrial se sobrepõe gradativamente à atividade predatória na vida diária da comunidade e nos hábitos de pensamento dos homens, a acumulação de bens toma cada vez mais o lugar de troféus obtidos em façanhas predatórias, como o índice convencional de prepotência e de sucesso.

As oportunidades de distinção, por meio da manifestação direta da força superior, tornam-se cada vez menos possíveis e freqüentes. Ao mesmo tempo, crescem as oportunidades de agressão industrial (por esforço próprio) e para a acumulação de propriedade pelos métodos quase-pacíficos¹⁰ da indústria nômade.

A propriedade torna-se a prova mais evidente de um grau honorífico de sucesso como coisa distinta de realização heróica ou notável. A propriedade configura-se, portanto, a base convencional da estima social.

Nesta direção, VEBLEN afirma que: “Nenhuma posição honrosa na comunidade é possível sem ela. Torna-se indispensável adquirir e acumular propriedade a fim de conservar o próprio bom nome”¹¹.

¹⁰ Para VEBLEN a expressão quase-pacífica descreve e caracteriza melhor os métodos industriais dominantes.

¹¹ *Ibid.*, p.42.

A riqueza, no início valiosa, simplesmente como prova de eficiência, torna-se, no entendimento popular, um ato meritório por si mesmo. “Através de um novo refinamento, a riqueza adquirida por transmissão de antepassados ou de outros antecessores torna-se, logo, ainda mais honrosa do que a riqueza adquirida por esforço próprio”.¹²

O instinto predatório e a aprovação popular de eficiência predatória, por outro lado, continua profundamente enraizado no veredicto popular, sendo que as mais altas honras, às quais um homem pode aspirar, são o prêmio de uma extraordinária eficiência predatória na guerra ou de uma quase-predatória eficiência de estadista, mas no que se refere à posição normal e decente da comunidade, estes meios cederam lugar à aquisição e acumulação de bens materiais.

Para o autor, aos olhos da comunidade os homens de prestígio precisam ter atingido um certo padrão convencional de riqueza, embora este seja indefinido. No anterior estágio predatório, era necessário que o homem bárbaro atingisse um certo padrão de resistência física, de astúcia e de habilidade nas armas.

Assim, logo que a propriedade transforma-se na base de estima popular, torna-se, também, um requisito daquela complacência que se chama “respeito próprio”.

Existe uma tendência constante para fazer de cada padrão pecuniário o ponto de partida para um novo aumento de riqueza, pois o desejo de riqueza nunca se extingue em indivíduo algum, e é desta forma que WEBLEN percebe a questão; evidentemente está fora de questão uma saciedade do desejo geral ou médio de riqueza.

A esse respeito se declara da seguinte forma: “Nenhum aumento geral de riqueza na comunidade, por mais geral, igual ou “justa” que seja a sua distribuição, levará mesmo de longe ao estancamento das necessidades individuais, porque o fundamento de tais necessidades é o desejo de cada um de sobrepujar todos os outros na acumulação de

¹² Ver a esse respeito o capítulo intitulado “CULTURA PECUNIÁRIA”. WEBLEN, T. *passim*.

bens”¹³.

Esta luta, no entender do autor, seria essencialmente uma luta por honorabilidade fundada numa odiosa comparação de prestígio entre os indivíduos; assim sendo, é impossível uma realização definitiva.

Na contemporânea comunidade industrial, o desejo de maior conforto e segurança estão presentes como motivo da ação individual em cada estágio do processo de acumulação. Embora o padrão de suficiência, no que se refere ao conforto e à segurança, seja relativamente influenciado pelo hábito de emulação pecuniária, “o poder que a riqueza dá constitui um motivo para a acumulação”¹⁴.

Sob o regime da propriedade individual, o meio mais fácil de realizar qualquer objetivo é a aquisição e acumulação de bens materiais; à medida que a antítese relativa à auto-estima entre homem e homem torna-se mais consciente, a vontade de realização tende mais e mais a tomar a forma de um esforço para sobrepujar os outros em realização pecuniária. O sucesso relativo, medido pela odiosa comparação pecuniária com outros, se torna o fim convencional da ação humana.

Entre os motivos que levaram os homens a acumular riqueza, para VEBLEN, avulta, portanto, como o primeiro deles, tanto em intensidade como em amplitude, o motivo da emulação pecuniária.

A mais forte das exigências secundárias da emulação, que é igualmente a de mais amplo alcance, é o requisito de abstenção de qualquer trabalho produtivo. Isto é verdade especialmente no estágio bárbaro da cultura.

Como percebemos, o surgimento da classe ociosa coincide com o início da propriedade. Gradativamente, o conceito de propriedade estende-se da propriedade de mulheres e inclui a propriedade de produtos, instalando o processo de posse de bens.

¹³ VEBLEN. *Ibid.*, p.44.

¹⁴ VEBLEN, p.45.

À medida que a atividade industrial se sobrepõe, a acumulação de bens toma cada vez mais o lugar como índice convencional de prepotência e sucesso, sendo indispensável para conservar o bom nome.

Feitas tais constatações, passamos a investigar qual era o papel do ócio frente aos processos anteriormente descritos.

1.1 O Ócio e suas Significações

O ato de ler implica, ou pelo menos, deveria implicar em certos cuidados. Ler para Chauí “é aprender a pensar na esteira deixada pelo pensamento do outro. Ler é retomar a reflexão de outrem como matéria-prima para o trabalho de nossa própria reflexão”.¹⁵

Portanto, cabe aqui uma mediação. Joffre Dumazedier, em sua obra “SOCIOLOGIA EMPIRICA DO LAZER”, atribuiu a VEBLEN a responsabilidade pela confusão entre os conceitos de lazer e ócio. O lazer supõe a existência de trabalho profissional, ao passo que o ócio o nega. Esta crítica é resultado de uma leitura pouco cuidadosa, uma vez que lazer e ócio são para VEBLEN sinônimos.

Pois bem, no decorrer das linhas que se seguem, procuraremos pensar sobre o papel do ócio (lazer) frente ao acúmulo de bens e ao trabalho.

Na cultura predatória o trabalho se associa aos hábitos de pensamento dos homens, à fraqueza e à sujeição a um senhor, sendo aceito como sinal convencional de força inferior e considerado, por um processo de abreviação mental, como intrinsecamente vil. Assim sendo, ele é, portanto, marca de inferioridade sendo considerado indigno do homem na sua plena capacidade. Em virtude desta tradição, sente-

¹⁵ CHAUI citada por OLIVEIRA, In: BRUHNS, Heloisa T (org.). **Lazer e Ciências Sociais: Diálogos pertinentes**. São Paulo: Chronos, 2002. p. 95.

se o trabalho como humilhante. Com o processo da diferenciação social, este adquiriu força axiomática que lhe confere a sua longa duração e a sua incontestada vigência¹⁶.

Para obter e conservar a consideração alheia não é suficiente que o homem tenha simplesmente riqueza ou poder. “É preciso que ele patenteie tal riqueza ou poder aos olhos de todos, porque sem prova patente não lhe dão os outros tal consideração”¹⁷.

Uma das formas qualificadas para destacar e assinalar, à vista de todos, o distanciamento entre as classes é justamente o lazer, entendido por esse autor “simplesmente como tempo gasto em atividades não produtivas”¹⁸, sem conotação alguma ou quiescência.

Em todos os estágios de cultura, exceto nos mais baixos, o homem normal encontra conforto e apoio para a sua própria estima no fato de viver em “ambiente decente” sem necessidade de “trabalhos servis”, e sempre que forçado a abandonar o seu padrão habitual de vida decente, ele sente diminuída a sua dignidade humana.

Como demonstra VEBLEN, mesmo nos dias atuais persiste, com muito de sua antiga força, a distinção teórica arcaica entre o que é vil e o que é honorífero no modo de viver do homem. Sinal evidente deste fato é a repugnância instintiva pelas formas mais vulgares do trabalho que sentem, com raríssimas exceções, os membros das classes mais altas.

Para o autor, remonta aos tempos dos filósofos gregos o reconhecimento de que como requisito de uma vida digna, bela ou mesmo virtuosa, é preciso ter um certo ócio e estar livre de contato com certos processos industriais ligados às necessidades cotidianas da vida humana.

¹⁶ VEBLEN. *Ibid.*, p.48. Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, indicamos a leitura do capítulo intitulado “ÓCIO CONSPÍCUO”.

¹⁷ VEBLEN, p.48.

¹⁸ VEBLEN, p.55.

Este reconhecimento é, em parte, um reflexo da utilidade do ócio como um meio para obter o respeito dos outros e, também, o resultado de um processo mental de substituição.

Durante o estágio predatório, propriamente dito, e especialmente durante os primeiros estágios do desenvolvimento quase-pacífico da indústria, uma vida ociosa é o mais simples e mais patente modo de demonstrar força pecuniária e conseqüentemente força superior.

Nesse estágio, a riqueza consistia principalmente na posse de escravos. Os benefícios que traz a posse de riqueza e de poder assumem a forma principal de serviços pessoais e das vantagens imediatas de tais serviços. Conseqüentemente, a necessidade conspícua¹⁹ de trabalhar torna-se a marca convencional de uma superior realização pecuniária e o índice aceito de respeitabilidade; de outro lado, torna-se o trabalho inconsistente a uma posição respeitável na comunidade²⁰.

Na antiga tradição da cultura predatória, é preciso evitar esforço produtivo como indigno dos homens capazes, e esta tradição não se perde, antes se reforça, com a passagem de uma vida predatória para uma vida quase-pacífica.

Como argumenta VEBLEN, a instituição da classe ociosa mesmo que não tivesse surgido juntamente com a propriedade individual, por força da desonra ligada às tarefas produtivas, teria sido de qualquer modo uma das primeiras conseqüências da propriedade. Nota-se que, embora tivesse existido em teoria desde o início da cultura predatória, a classe ociosa assume nova e mais completa significação com a transição de um estágio predatório para o seguinte estágio pecuniário.

¹⁹ O termo conspícuo foi criado por VEBLEN e, descreve dispêndios não destinados ao conforto ou à utilidade mas, para propósitos puramente honoríficos, ou seja, seriam meios e modos mediante os quais pessoas possuidoras de excessos buscam impressionar as outras.

²⁰ VEBLEN, p.50.

Durante o estágio predatório, a distinção entre a classe ociosa e a classe trabalhadora era uma distinção apenas de cerimonial. Os homens capazes recusam-se rigorosamente a participar de qualquer trabalho que, no seu entender, constitua tarefa enfadonha e vil; mas o seu trabalho, na realidade, contribui de modo apreciável para o sustento do grupo.

Após termos estabelecido algumas relações entre o ócio e a sua utilização como forma de distanciamento social, passamos a tecer considerações sobre o estágio pecuniário.

1.2 O Estágio Pecuniário: Algumas Considerações.

Nesta seção, faremos algumas considerações sobre as modificações sofridas nas relações humanas durante o estágio pecuniário, principalmente no que se refere aos hábitos de vida e suas ligações com o ócio e o processo de estratificação social.

O estágio subsequente de atividade quase-pacífica caracteriza-se usualmente pelo estabelecimento da escravidão, pela manutenção de rebanhos e pela existência de uma classe servil de guardas e pastores; já, então, a indústria havia avançado de tal modo que a comunidade não mais dependia, para o seu sustento, da caça ou de qualquer outra forma de atividade que se possa com justiça denominar de façanha²¹.

As ocupações normais e características da classe ociosa, nesta fase madura de evolução, são formalmente quase as mesmas dos primeiros tempos: o governo, a guerra, o esporte e as atividades do ritual.

²¹ VEBLEN, p.51.

A ausência da necessidade de trabalhar não é apenas um ato honorífero e meritório; logo passa a constituir um requisito de decência. Durante os primeiros tempos da acumulação de riqueza, a insistência sobre a propriedade, como base de respeitabilidade, é extremamente ingênua e impiedosa. Essa “desnecessidade” de trabalhar é a prova convencional da riqueza, sendo, portanto, a marca convencional de posição social. Essa insistência sobre o mérito da riqueza leva a uma conseqüente insistência sobre o ócio.

À medida que se torna mais densa a população, e o grupo predatório transforma-se numa comunidade industrial permanente, as autoridades constituídas e as normas que regulam a propriedade ganham em âmbito e consistência. Torna-se então, impraticável obter riqueza por meio de simples apreensão. De outro lado, por coerência lógica, a aquisição de riqueza pela indústria é igualmente impossível para os homens de espírito elevado e pobres. A única alternativa que esses homens têm é a privação ou a mendicância.

A tendência para o ócio conspícuo encontra campo propício ao seu pleno desenvolvimento. Surge uma classe ociosa secundária e num sentido “espúria”, uma classe desprezível e pobre que vive precariamente (em desconforto e pobreza), e que é moralmente incapaz de se ocupar de atividades lucrativas.

Gasta-se o tempo de modo não produtivo: primeiramente, pelo sentimento da indignidade do trabalho produtivo e, em segundo lugar, para demonstrar a capacidade pecuniária de viver uma vida inativa.

O homem ocioso não passa todo o seu tempo diante dos olhos dos outros. Parte de seu tempo gasta forçosamente longe dos olhos do público. Diante disso, tem de encontrar um meio de demonstrar a todos que passa no ócio também tais horas. Entretanto, só pode fazê-lo indiretamente, mostrando algum resultado tangível e duradouro de seu ócio. Vejamos uma passagem esclarecedora:

No caso do trabalho produtivo, a sua prova duradoura é o produto material, usualmente um artigo de consumo. No caso da façanha é também possível e usual obter um resultado tangível que sirva para exibir como troféu de despojo. Numa fase posterior de desenvolvimento, entram em uso as medalhas ou insígnias que servem de marcas convencionais de proeza e que indicam ao mesmo tempo a quantidade ou o grau das façanhas que simbolizam.²²

À proporção que aumenta a densidade da população, e as relações humanas se tornam mais numerosas e complexas, todos os detalhes da vida sofrem um progresso de elaboração; e, nesse processo, o uso de troféus se desenvolve num sistema de posições, títulos, graus, insígnias, no qual os exemplos típicos são os emblemas heráldicos, as medalhas e as condecorações honoríferas.

O ócio, em seu sentido restrito, como coisa distinta da façanha e de todo esforço ostensivamente produtivo de objetivos sem uso intrínseco, não resulta usualmente num produto material.

Assim, a prova de ócio no passado toma, comumente a forma de bens “imateriais”. Essas provas são talentos quase-eruditos ou quase-artísticos e um conhecimento de processos e incidentes que diretamente não trazem vantagem à vida humana. São exemplos: o conhecimento de línguas mortas e das ciências ocultas, da ortografia correta, da sintaxe, dos últimos refinamentos do vestuário, de jogos, esportes e animais de raça como cães e cavalos de corrida, podendo classificá-los como forma de erudição²³.

²² VEBLEN, p. 55.

²³ VEBLEN, *et seq.*, p. 55.

Atualmente, sempre que os hábitos mentais predatórios e as resultantes atitudes de domínio e de subserviência caracterizam o esquema vigente da vida, é também de extrema importância a observância estrita de um código de etiqueta; quando isso acontece o rigoroso cumprimento de todas as cerimônias relativas a títulos e posições se aproxima do ideal estabelecido pelo bárbaro da cultura nômade quase-pacífica.²⁴

O decoro, no início, tendo por utilidade demonstrar a existência de fatos e qualidades que simbolizava, sofreu transformação usual de todos os fatos simbólicos nas relações humanas. No entendimento popular, a etiqueta passou a ter uma utilidade intrínseca; adquiriu um caráter sacramental, independente, em grande parte, dos fatos que inicialmente indicava. Tornaram-se intrinsecamente odiosos para todos os homens os desvios do código de decoro; no sentimento cotidiano, a boa educação não é somente um sinal de excelência no homem, que resulta de um fato anterior, mas um traço integrante da dignidade da alma humana.

Poucas coisas causam no homem moderno tal revolta instintiva como uma quebra de decoro. “As boas maneiras fazem o homem”²⁵. O valor das boas maneiras está no fato de que são prova de uma vida de ócio.

O direito de nascimento e a marca do gentil-homem, na sua mais alta expressão, constituem uma perfeita segurança de si mesmo e uma imperiosa complacência para com os outros.

O serviço pessoal do escravo assume um lugar especial no desenvolvimento econômico. No estágio da indústria quase-pacífica e, especialmente, nos primeiros tempos do desenvolvimento da indústria, a utilidade do trabalho escravo parece ter sido o motivo dominante na aquisição de tal prosperidade. As mulheres e os outros escravos têm alto valor como prova de riqueza e como meio para a acumulação de nova riqueza

²⁴ VEBLEN, p.57.

²⁵ VEBLEN, p.58.

VEBLEN argumenta que a escravidão feminina servia de tal modo para caracterizar a vida econômica na cultura quase-pacífica, que a mulher até chega a constituir a unidade de valor nos povos deste estágio cultural, como por exemplo, nos tempos homéricos. Há pouca dúvida de que a base do sistema industrial é a escravidão e que as mulheres são usualmente escravas. A mais importante das relações humanas, em tal sistema, é a relação entre senhor e escravo. “A prova aceita de riqueza é a posse de muitas mulheres e, bem logo, de outros escravos, que se ocupam da pessoa do senhor e da produção de bens para ele”²⁶.

Desta forma, mais uma divisão do trabalho se estabelece; o serviço pessoal do senhor vem a ser a tarefa específica de alguns escravos, ao passo que os que se ocupam inteiramente na produção industrial se conservam cada vez mais afastados de qualquer relação imediata com ele. Ao mesmo tempo, os servos, cuja função é o serviço pessoal do dono, gradualmente, livram-se da indústria lucrativa.

Este processo de progressiva isenção de tarefas industriais corriqueiras se inicia geralmente pela isenção da esposa ou da primeira esposa. Depois de ter a comunidade adquirido hábitos sedentários de vida, torna-se difícil, como meio usual de obter novas esposas, a captura de mulheres das tribos hostis. Durante este estágio da evolução cultural, a esposa principal é normalmente de sangue nobre e este fato apressa a sua isenção de emprego vulgar.

A esse respeito VEBLEN manifesta-se da seguinte forma:

²⁶ VEBLEN, p.62.

A mulher com tais antecedentes, é preferencialmente escolhida como esposa, não só pela aliança resultante com parentes poderosos, mas também pelo sentimento de que é intrinsecamente superior o sangue ligado a muita riqueza e grande poder. Ela será mesmo assim escrava de seu marido [...]

O princípio de que o sangue nobre se transmite de pai para filhos coloca-a acima dos escravos comuns, por mais completa que seja a sua sujeição a seu senhor e por mais inferior que ela seja aos membros masculinos de sua classe social [...] ²⁷

Com o desenvolvimento da indústria e a concentração da propriedade nas mãos de um número relativamente pequeno de indivíduos, cresce o padrão de riqueza convencional da classe mais alta.

Quando a situação pecuniária do senhor permite, a enorme importância atribuída ao seu serviço pessoal acentua o desenvolvimento de uma classe especial de servos pessoais²⁸; tais servos não podem ter qualquer outra ocupação que possa perturbar a sua tarefa principal. Estes servos especializados são úteis mais como ostentação do que pelos serviços específicos que prestam.

É verdade que o estabelecimento doméstico do senhor, em contínuo crescimento, exige sempre mais trabalho; mas este fato não é de grande relevância, porque o estabelecimento cresce usualmente para servir de índice de respeitabilidade e não como exigência de maior conforto.

Daí, na economia da classe ociosa, a dona de casa laboriosa dos patriarcais, com o seu séquito de crianças trabalhadoras, ceder lugar à dama de companhia e ao laçao.

Deste modo, portanto, surge uma classe ociosa, secundária ou derivada, cuja função é o ócio vicário em proveito da respeitabilidade da classe ociosa principal ou legítima.

²⁷ VEBLEN, *et seq.*, p. 63.

²⁸ Este tipo de “trabalho” realizado VEBLEN classifica como ócio vicário.

O ócio da classe de criados domésticos não visa, primariamente, o seu próprio conforto. O ócio do criado não é ócio seu; na medida em que ele é realmente um criado e não pertence, ao mesmo tempo, a uma das camadas inferiores da classe ociosa, o seu ócio passa normalmente por ser serviço especializado que tem por fim aumentar a opulência da vida de seu senhor.

Esta aptidão para as manifestações formais da relação servil e o seu desempenho nelas constituem os elementos principais da utilidade que têm os criados mais altamente remunerados; são também eles os principais dotes de uma esposa bem educada.

Porém, não é bastante que ele saiba como realizar tais tarefas de forma adequada. Surge assim, gradualmente um elaborado sistema de normas específicas, que regulam o ócio vicário desta classe servil. Desta forma: “A necessidade de ócio vicário, isto é, de um consumo conspícuo do serviço alheio, é o incentivo dominante que leva à manutenção de criados”²⁹.

A posse e a manutenção de escravos, empregados na produção de bens, demonstra riqueza e proeza do senhor, mas a manutenção de criados que nada produzem demonstra ainda maior riqueza e posição.

Sobrevem, então, uma divisão de trabalho entre os criados ou pessoas dependentes, que gastam a vida na manutenção do prestígio do senhor ocioso.

Este esboço do desenvolvimento e da natureza do serviço doméstico é, de certo modo, ideal e esquemático; ele é o que mais se aproxima da situação real. No estágio “quase-pacífico” da indústria, o serviço pessoal adquire pela primeira vez na história o caráter de uma instituição econômica; ocupa o lugar principal no esquema de vida da comunidade, sucedendo o estágio predatório, tendo como característica a observância formal de paz e ordem, ao mesmo tempo em que nele a vida tem ainda excessiva coerção e antagonismo de classe para que se possa denominá-la quase-pacífica no pleno sentido

²⁹ VEBLEN, p.70.

da palavra.

O serviço pessoal é ainda um elemento de grande importância econômica, especialmente quanto à distribuição e ao consumo de bens, mas sem dúvida é menor do que já foi.

A classe ociosa mais alta muito deve à cultura moderna no tocante à conservação de tradições, usos e hábitos de pensamento, que são de um nível cultural mais arcaico; a ela se deve a sua mais ampla aceitação e o seu mais efetivo desenvolvimento; é nessa perspectiva que WEBLEN percebe o assunto.

Hoje a razão que se dá para o emprego de criados domésticos, como por exemplo, no lar modernamente abastado, é aparentemente a impossibilidade de fazerem os membros da família, sem desconforto, todo o trabalho nele necessário. Os motivos são os muitos “deveres sociais” que têm e a serenidade e quantidade das tarefas a executar³⁰.

A esse respeito WEBLEN argumenta que:

A presença tanto de criados domésticos como da classe especial de criados pessoais altamente especializados, constitui diminuição de conforto físico que é tolerada diante da necessidade moral de respeitabilidade pecuniária.

Na vida moderna, a principal manifestação de ócio vicário é constituída pelos chamados deveres domésticos. Esses deveres estão se transformando rapidamente em deveres executados, não tanto em benefício pessoal do chefe da família, mas principalmente em benefício do lar, tomado como uma unidade, como um grupo, do qual a esposa é parte em ostensivo pé de igualdade.[...]

O ócio vicário só é possível com o apoio em *status* ou serviço pago, o desaparecimento da relação de *status*, em qualquer setor da vida social, implica concomitantemente no desaparecimento do ócio vicário.[...] - este tipo de trabalho não produtivo, efetuado para a manutenção da respeitabilidade do lar, deve ser também classificado como ócio vicário, embora com um sentido ligeiramente diferente. Há agora o ócio de quase todos os membros da organização familiar, em vez de apenas o senhor ³¹.

³⁰ WEBLEN, pp.71-2.

³¹ WEBLEN, p.73.

Para o homem ocioso, o consumo conspícuo de bens valiosos é um instrumento de respeitabilidade. À medida que acumula riqueza, ele é incapaz, sozinho, de demonstrar a própria opulência pelo consumo conspícuo. Recorre, para evidenciar essa opulência, ao auxílio de amigos e concorrentes, dando-lhes presentes valiosos e convidando-os para festas e divertimentos dispendiosos.

À medida que acumula riqueza, desenvolve-se a classe ociosa em suas funções e em sua estrutura, surgindo um sistema mais ou menos elaborado de *status* e posições. Esta diferenciação se acentua ainda mais pela herança de riqueza e conseqüentemente herança de fidalguia.

A base sobre a qual a boa reputação repousa, em qualquer comunidade industrial altamente organizada, finalmente, é a força pecuniária.

O ócio seja como prova expoente direta de riqueza, ou elemento constituinte do padrão de decência, ocupou uma posição muito acima do consumo supérfluo de bens durante a cultura quase-pacífica. Deste estágio cultural em diante, o consumo ganhou terreno, mantendo uma primazia indubitável, embora ainda esteja longe de absorver toda a margem da produção acima de um mínimo de subsistência.

Deste ponto em diante, o “instinto de artesanato”³² começa a operar com mais eficácia. Passa então agressivamente a moldar a opinião dos homens sobre o que é meritório, e a firmar-se pelo menos como uma regra auxiliar de auto-satisfação.

A procura de alguma forma de propósito útil que não seja a de um tempo indecorosamente produtivo de ganho individual ou coletivo, marca uma diferença de atitude entre a moderna classe ociosa e aquela da fase “quase-pacífica”.

³² Segundo VEBLÉN, trata-se da propensão intrínseca dos homens em selecionar e agir, discernindo bem os esforços que geram futilidades das práticas eficientes, aquelas capazes de por em evidência as proezas e, assim de granjear respeito e aumentar a auto-estima.

É ainda possível encontrar algum exercício habitual para a inclinação à ação, mediante o recurso a uma agressão violenta ou a uma repressão exercida contra grupos hostis ou classes submissas no interior do grupo; isto serve para aliviar a pressão e consumir energia da classe ociosa sem que lhe seja mister recorrer a alguma utilidade real ou mesmo a exercícios ostensivamente úteis.

A energia que primeiro tinha vazão na atividade predatória, agora se dirige, em parte, para algum fim ostensivamente útil. O ócio ostensivamente inútil veio a ser condenado, especialmente em vastos setores da classe ociosa em que a origem plebéica atua para pô-los em desacordo com a tradição do “*otium cum dignitate*”³³.

Após termos analisado o surgimento da classe ociosa e o início da propriedade, o ócio e suas significações e o estágio pecuniário, centraremos nossa atenção acerca das sobrevivências modernas da proeza.

1.3 Sobrevivências Modernas da Proeza

Nesta alínea serão aludidas a admissão à classe, à mudança de temperamento, assim como sua relação com os esportes. Desta forma, passamos a tecer nossas considerações.

A admissão à classe é obtida pelo exercício das aptidões pecuniárias – aptidões mais aquisitivas do que utilitárias. Há, portanto, um contínuo peneiramento do material humano que compõe a classe ociosa, é desta forma que WEBLEN compreende este processo. Mas o plano de vida da classe é, em grande parte, uma herança do passado, incorpora muitos dos hábitos e ideais de um período primitivo bárbaro. Vejamos como o

³³ “Ócio com dignidade”. WEBLEN, p.97.

autor se posiciona a esse respeito:

[...] O esquema de vida, e as convenções atuam seletivamente e mediante a educação para moldar o material humano, e sua ação se exerce principalmente para conservar os traços, hábitos e ideais de uma idade bárbara anterior – a idade da proeza e da vida predatória.

A expressão mais imediata e inequívoca da natureza humana arcaica na fase predatória é propriamente a sua propensão para a luta. Nos casos em que a atividade predatória é coletiva, esta propensão é freqüentemente chamada de espírito marcial, e, recentemente de patriotismo³⁴.

Gradativamente, ocorrem mudanças nos hábitos predatórios e nas aptidões da generalidade dos homens. Em relação a este fato, VEBLEN refere-se da seguinte forma:

Na comunidades mais civilizadas, ou antes, nas comunidades que atingiram um adiantado desenvolvimento industrial, pode-se dizer que o espírito de agressão guerreira se tornou obsoleto entre a gente comum. Isto não quer dizer que não exista um número apreciável de indivíduos entre as classes industriais, nos quais o espírito marcial indiscretamente se afirma. Também não quer dizer que o conjunto de todo o povo não vibre de ardor marcial por algum tempo, sob o estímulo de alguma provocação especial, tal como hoje se vê em mais de um país da Europa, e, ocasionalmente da América. Mas, excetuando-se esses períodos de exaltação temporária, e excetuando-se aqueles indivíduos dotados do temperamento arcaico peculiar ao tipo predatório, mais o conjunto igualmente dotado de indivíduos das classes superiores e inferiores, a inércia da massa de qualquer moderna comunidade civilizada, é, a este respeito, provavelmente tão grande, ao ponto de tornar a guerra inviável, exceto para impedir uma invasão. Os hábitos e as aptidões da generalidade dos homens tendem para um desdobramento de atividades em outras direções menos pitorescas que a guerra.³⁵

VEBLEN atribui esta mudança a dois aspectos fundamentais: a diferença na herança de traços adquiridos nas várias classes e uma diferença na derivação étnica.

³⁴ VEBLEN, p. 227.

³⁵ VEBLEN, pp. 227-8.

Outro ponto a merecer destaque é a mudança de temperamento juvenil³⁶ para o adulto³⁷.

A transição desta índole pacífica para a predatória, e, em casos extremos, para as tropelias danosas do menino é uma transição gradual, e se realiza mais ou menos completamente em alguns casos.

Nas meninas, a transição da infância para a adolescência e a maturidade é um processo gradual e ininterrupto de mudanças dos interesses pelos objetos e aptidões infantis para os objetos, funções e relações da vida adulta. Ocorrendo uma prevalência menos geral de um intervalo predatório em seu desenvolvimento; e nos casos em que este ocorre, a atividade predatória desse intervalo é comumente menos acentuada.

Já no menino, este intervalo é razoavelmente marcante e dura algum tempo, mas comumente termina quando este atinge a maturidade.

Porém VEBLEN nos chama a atenção, pois para ele não são raros os casos nos quais a transição do temperamento adulto não se processa, ou se processa apenas parcialmente.

Os indivíduos que, em seu desenvolvimento espiritual, eventualmente chegam ao estado adulto, passam normalmente, através de uma fase arcaica temporária, ao nível espiritual permanente dos homens de luta e esporte. Neste particular, diferentes indivíduos conseguirão, naturalmente, maturidade e sobriedade, também, em graus diferentes; e os que ficarem abaixo da média, permanecerão como um resíduo insolúvel de crua humanidade na moderna comunidade industrial e uma frustração daquele

³⁶ Segundo VEBLEN, o temperamento juvenil, em seu primeiro período caracteriza-se por menor iniciativa e auto-afirmação agressiva, menor inclinação para o isolamento e para os interesses do grupo doméstico; revela igualmente, maior sensibilidade à repreensão, maior timidez e recato e, a necessidade de contato humano amigável.

³⁷ VEBLEN compreende por temperamento adulto o temperamento da média dos indivíduos adultos na vida industrial moderna e que são de alguma utilidade para os propósitos do processo coletivo de vida, podendo-se dizer que formam a média efetiva da comunidade industrial.

processo relativo de adaptação que contribui para uma eficiência industrial mais alta e a plenitude de vida na comunidade.

Atenta, também, para o fato de que o desenvolvimento espiritual interrompido pode-se exprimir não apenas na participação direta dos adultos nas façanhas juvenis de ferocidade, mas também indiretamente no auxílio e investigação de tais distúrbios. Portanto, promove, em conseqüência, a formação de hábitos de ferocidade que podem persistir no futuro da geração em crescimento, e assim retardar qualquer tendência para um temperamento efetivo mais pacífico de parte da comunidade.

O mesmo é evidente no que diz respeito ao incentivo dado ao desenvolvimento do “espírito de corpo” nos colégios e nos departamentos atléticos colegiais das instituições de ensino superior.

Essas manifestações do temperamento predatório devem ser classificadas, no entendimento de WEBLEN, como “proezas”. Sendo em parte simples expressões irrefletidas de uma atitude de ferocidade emulativa, em parte atividades deliberadamente iniciadas no intuito de obter renome e proeza.

Os esportes de toda espécie têm um mesmo caráter geral até mesmo quando o elemento da eficiência física demolidora não é característica saliente. Mediante a habilidade, os esportes se transformam gradualmente, de uma base de combate hostil, em astúcia e chicana, sem que seja possível traçar-se uma linha divisória de qualquer ponto. A base da inclinação para o esporte é uma constituição espiritual arcaica – a posse de uma inclinação predatória emulativa em potência relativamente alta. Uma forte propensão para a proeza temerária e para infringir danos é especialmente pronunciada naqueles costumes de uso coloquial especificamente denominados esportividade ³⁸.

Neste sentido, o temperamento que inclina os homens para os esportes seria, essencialmente, um temperamento juvenil. Essa inclinação, portanto, marca em grau peculiar um desenvolvimento interrompido da natureza moral do homem. Essa juventude

³⁸ WEBLEN, p.234.

peculiar de temperamento nos homens esportivos torna-se imediatamente perceptível quando atenta-se para o vasto elemento do “faz-de-conta” presente em toda atividade esportiva.

Os esportes partilham do caráter de “faz-de-conta” com os jogos e as proezas para os quais habitualmente se inclinam as crianças, especialmente os meninos. O “faz-de-conta” não entra na mesma proporção em todos os esportes, mas está presente, em dose apreciável, em todos eles. Está, a bem dizer, presente na esportividade propriamente dita e nas competições atléticas em maior medida do que nos jogos de habilidade de índole mais sedentária, embora esta regra não se aplique com grande uniformidade.

[...] a gíria do Atletismo é em grande parte formada por locuções sanguinária, emprestadas da terminologia guerreira. Exceto quando adotada como veículo indispensável de comunicação secreta, a gíria peculiar a qualquer atividade deve provavelmente ser aceita como prova de que a atividade em questão é substancialmente fictícia. Característica ulterior, pela qual os esportes diferem do duelo e semelhantes perturbações da paz, é a peculiaridade de admitirem que outras finalidades lhes sejam atribuídas além dos impulsos de proeza e ferocidade.³⁹

Como fica evidente nesta passagem, paulatinamente outras finalidades são atribuídas aos esportes, além dos impulsos de proeza e ferocidade. Certas regras de boa educação foram impostas pelo exemplo normativo de uma classe ociosa predatória no passado e vêm sendo, um tanto penosamente, conservadas nos costumes dos representantes mais recentes daquela classe; e essas regras não lhe permitirão, sem censura, procurar contato com a natureza em outras condições. Por serem uma atividade honorífera legada pela cultura predatória como a forma mais alta de ócio cotidiano, os esportes ficaram sendo a única atividade ao ar livre a receber plena sanção honorífica.

Os esportes proporcionam um exercício para a destreza e a ferocidade emulativa e a característica astúcia da vida predatória, satisfazendo o instinto de artesanato, ao mesmo tempo em que as regras da dignidade lhe aconselharão os esportes como

³⁹ VEBLER, p.235.

expressões de uma vida pecuniária imune à censura.

Ainda argumenta WEBLEN:

Os membros respeitáveis da sociedade que advogam os jogos atléticos, comumente justificam a si próprios e a seus vizinhos neste particular sob fundamento de que esses jogos servem como um instrumento valioso de desenvolvimento. Não apenas melhoram o físico do competidor, dizem, mas em geral também, promovem um espírito varonil, tanto nos participantes como nos espectadores⁴⁰.

A aptidão para essas instituições esportivas requer assíduo adestramento ou educação, estando sujeita à cuidadosa seleção e disciplina. O vigor físico adquirido na prática de jogos atléticos –até onde possa esse adestramento produzir tal efeito – é vantajoso tanto para o indivíduo como para a coletividade naquilo que diz respeito à utilidade econômica.

Referindo-se à competição moderna indica que:

[...] é em grande parte um processo de auto-afirmação na base daquelas características da natureza predatória do homem. Na forma sofisticada em que ingressa na moderna emulação pacífica, a posse desses traços é em certo sentido quase necessária à vida do homem civilizado. Mas embora indispensável ao indivíduo competitivo, não é diretamente útil à comunidade, exceto no seu tratamento hostil em face de outras comunidades⁴¹.

Na idéia popular, há muita coisa admirável no tipo de virilidade promovido pela vida esportiva, tais como a autoconfiança e a camaradagem, assim denominadas no emprego coloquial um tanto vago dos termos. O motivo da aprovação e admiração correntes dessas qualidades másculas, bem como o motivo de serem elas denominadas

⁴⁰ WEBLEN, p. 239.

⁴¹ WEBLEN, p.240.

“másculas” é o mesmo da sua utilidade para o indivíduo.

Como percebemos, os esportes satisfazem às exigências de substancial futilidade, ao mesmo tempo, visando a propósitos fictícios. Além disso, proporcionam campo para a emulação, e por isso, atraem. Mas, é principalmente em seus efeitos indiretos, mediante as regras da vida honorífica, que a instituição influencia o sentimento prevalecente quanto à vida esportiva.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO

Ao nos propormos fazer qualquer investigação, invariavelmente, esbarramos num antigo dilema, o próprio homem. Norbert Elias foi um dos autores que buscou compreender a condição humana, a qual seria uma lenta e prolongada construção do próprio homem.

Mas de que homem falamos? Qual sua condição? O que o lazer tem a ver com o processo civilizador? Estas são questões que pretendemos abordar neste estudo, num ir e vir através de seu pensamento .

O que se segue está baseado na obra clássica de ELIAS “O PROCESSO CIVILIZADOR : UMA HISTÓRIA DOS COSTUMES”¹, uma das produções mais notáveis do século XX. Nesta obra, o autor prova que não existe atitude natural no homem. O que de fato houve, em seu entendimento, foi um condicionamento e um adestramento – caro para a humanidade.

O tema central de seu primeiro volume são os tipos de comportamento considerados típicos do homem civilizado ocidental, já que nem sempre o homem se comportou da maneira que estamos acostumados a considerar como um sinal característico da civilização.

Ao examinar o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, ELIAS indica que este conceito, expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Seu ponto de partida para a interpretação de seu significado, é o sentido

¹ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma História dos Costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

adotado pela sociedade europeia através do tratado de Erasmo de Rotterdam, “DE CIVILITATE MORUM PUERILIUM” (Da civilidade em crianças), datado de 1530.

Deste modo, interpreta a civilização como transformação do comportamento humano, analisando o comportamento à mesa, à fala, o costume de comer carne, o uso da faca e garfo à mesa, mudanças de atitudes em relação às funções corporais, o hábito de assoar-se, o hábito de escarrar, o comportamento no quarto, mudanças de atitudes em relações entre os sexos, e a mudança na agressividade.

As transcrições reunidas, a partir do século XIII, de manuais de etiqueta, exemplificam um processo real de mudança comportamental nas pessoas. Após o século XVI, as invenções e modas do comportamento na corte, passam a caracterizar a espinha dorsal da sociedade europeia, sendo imitados pelas classes médias, representando avanços no patamar de vergonha e embaraço sob a forma de civilização.

É conveniente mencionar o processo de ascensão e queda dos conceitos de cortesia e civilidade, que gradativamente foram substituídos pelo conceito de civilização.

Inicialmente, cortesia referia-se a formas de comportamento que se desenvolveram nas cortes dos grandes senhores feudais. Durante a Idade Média, seu significado perdeu sua limitação original à corte, embora em uso nos círculos burgueses. Com a formação de uma nova aristocracia de monarcas absolutos (século XVI e XVII) o conceito de civilidade eleva-se à categoria de comportamento social aceitável.

De maneira parecida, no século XVIII, o conceito de civilidade perdeu sua primazia na alta sociedade de corte, sendo substituído pelo conceito de civilização. Ao findar deste século, a classe alta francesa adota mais ou menos o mesmo padrão à mesa, comportamento que paulatinamente passa a ser considerado natural.

As tendências individuais, presentes nos escritos medievais sobre etiqueta buscavam controlar comportamentos hoje observados em crianças, pois neste período, as necessidades eram satisfeitas com frequência quando sentidas.

Vejamos a observação de Elias :

A sociedade está, aos poucos, começando a suprimir o componente de prazer positivo de certas funções mediante o engendramento da ansiedade ou, mais exatamente, está tornando este prazer “privado” e “secreto” (isto é, reprimindo-o no indivíduo), enquanto fomenta emoções negativamente carregadas – desgosto, repugnância, nojo – como os únicos sentimentos aceitáveis em sociedade².

Dentre as mudanças no comportamento estudadas por ELIAS, daremos atenção especial à mudança na agressividade. Um dado fundamental é que, no entendimento eliasiano, a estrutura emocional do homem é considerada um todo. Pode-se, como já se fez, dar aos instintos diferentes nomes, de acordo com suas funções, porém não há dúvidas que sua forma socialmente impressa é de importância decisiva para o funcionamento tanto social como individual.

Como todos os demais instintos, a agressividade é condicionada por inúmeras regras e proibições que se transformam em autolimitações. Nesta área emocional, ELIAS destaca os guerreiros como ponto de partida.

Entretanto, a vida na sociedade medieval tendia na direção oposta: a pilhagem, a guerra, a caça de homens e animais eram necessidades vitais.

Um especial prazer vinha da mutilação de prisioneiros. A seguinte passagem de um hino de guerra de Bertran de Born, mostra um pouco da vida social da época: “Por minha honra, diz o rei [...] rio do que dizeis, não dou um ceitel por vossas ameaças, cobrirei de vergonha cada cavaleiro que capturar, cortarei seu nariz ou orelhas. Se for sargento ou mercador, perderá um pé ou um braço”³.

A única ameaça nesta estrutura social, era o de ser vencido em batalha por um adversário mais forte. O exemplo do que devia ser feito com os prisioneiros é bastante esclarecedor neste sentido:

² ELIAS. *Ibid.*, p. 147.

³ ELIAS, p 192.

Se os prisioneiros podiam pagar e, além disso, eram membros da mesma classe do vitorioso, exercia-se certo grau de contenção. Mas, os outros? Conservá-los vivos significava alimentá-los. Devolve-los significava aumentar a riqueza e o poder de luta do inimigo [...] os prisioneiros eram mortos ou devolvidos tão mutilados que não prestavam mais para o serviço de guerra ou trabalho⁴.

A guerra, para a sociedade da época era o estado normal. Portanto, o guerreiro da Idade Média não só amava a guerra, mas vivia dela, uma vez que não havia poder central suficientemente forte para obrigar as pessoas a se controlarem.

Gradualmente, a aristocracia cavaleirosa é substituída pela aristocracia de corte. Ao mesmo tempo, mudam também os sentimentos e emoções socialmente aceitos. As emoções de forma refinada e racionalizada assumem seu lugar legítimo e precisamente definido na vida cotidiana da sociedade civilizada.

2. A Construção do Cenário: da Feudalização à Formação do Estado.

Durante toda a Idade Média a luta por poder (que significava controle e produção da terra), que até então se centrava entre a Igreja, a nobreza e os príncipes ganham mais um grupo participante – a burguesia, nos séculos XII e XIII. As relações de poder entre esses adversários variavam conforme o país, porém, seu resultado foi, na maioria dos casos, o mesmo⁵ – a concentração de poder por príncipes ou seus representantes; ao mesmo tempo, a parcela de poder dos estados vai sendo reduzida, enquanto se consolida o poder absoluto de uma única figura, representado pelo rei na França, Inglaterra e nos países sob o mando dos Habsburgo, e pelo senhor territorial nas

⁴ ELIAS, p. 193.

⁵ Incluem-se aqui todos os maiores países da Europa Continental e a Inglaterra.

regiões da Alemanha e Itália.

Não foi por acaso que tais mudanças na forma de dominação política ocorreram, não foi apenas a emergência de ações individuais, mas sim uma mudança estrutural na sociedade ocidental.

Durante a Renascença, mais precisamente durante as cortes de Luís XV e XVI, a corte passou a assumir uma nova importância na sociedade ocidental (papel que nos períodos precedentes haviam sido forçadas a dividir ou abdicar inteiramente em favor de outros centros – Igreja, cidades, cortes dos grandes vassallos e cavaleiros etc, de acordo com a balança de poder da época), tornando-se o modelo concreto e os centros formadores do estilo.

A mais influente sociedade deste tipo desenvolveu-se na França, em Paris, a qual tratou de difundir em diferentes períodos os mesmos códigos de conduta, maneiras, gostos. Assim sendo, a Aristocracia absolutista de corte dos demais países, inspirada na mais centralizada, poderosa e rica nação da época, adotou aquilo que a diferenciava das camadas inferiores da sociedade: as maneiras e linguagem refinadas.

Sobre esta passagem, a transcrição a seguir é bem esclarecedora: “Ao adotarem a etiqueta francesa e o cerimonial parisiense, os vários governantes obtiveram os instrumentos que desejavam para tornarem manifesta sua dignidade, bem como visível à hierarquia social, e fazerem todas as demais pessoas, em primeiro lugar e acima de tudo a nobreza de corte, conscientes de sua posição dependente e subordinada”.⁶

Como podemos observar, gradativamente, começa a constituir-se, nos fins da Idade Média uma aristocracia de corte que toma conta de toda a Europa Ocidental, tendo como centro Paris. Seus membros falavam a mesma língua (italiano e depois francês), liam os mesmos livros, enfim, tinham de acordo com suas possibilidades o mesmo estilo

⁶ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v. p.17.

de vida.

Em meados do século XVIII, com um gradual deslocamento do centro de gravidade político e social da corte para as várias sociedades burguesas nacionais, somado à ascensão da classe média, os laços entre as sociedades aristocráticas de corte de diferentes nações são afrouxados. A língua francesa cede lugar às línguas nacionais burguesas, a sociedade de corte torna-se cada vez mais diferenciada, da mesma maneira que as sociedades burguesas, sobretudo com a forma nacional de integração representada pela Revolução Francesa.

Nesta organização pré-nacional (a sociedade aristocrática de corte) criaram-se os modelos do intercâmbio social pacífico - uma necessidade para todas as classes, graças à transformação da sociedade européia ocorrida ao final da Idade Média; nesta direção, os hábitos mais rudes, os costumes mais soltos e desinibidos, característicos de períodos anteriores são suavizados/ civilizados.

A pressão da vida de corte é, em grande medida, responsável por tais mudanças nesta; a disputa pelos favores do príncipe e, mais tarde, pela necessidade de distinguir-se dos outros e lutar de forma 'mais pacífica' por oportunidades, impuseram ao homem uma autodisciplina, um autocontrole sem precedentes.

2.1. Um Olhar Sobre a Sociogênese do Absolutismo.

A sociogênese do absolutismo ocupa, no entendimento de ELIAS, uma posição decisiva no processo global de civilização. Nesta mesma direção, a civilização da conduta, a transformação da consciência humana, bem como a composição da libido, não podem ser compreendidas sem um estudo do processo de transformação do Estado, mais precisamente do processo de centralização da sociedade, que encontrou sua primeira

expressão visível na forma de governo.

Em fins da Idade Média, alguns dos principais mecanismos que aumentaram gradativamente o poder da autoridade central de um território podem ser descritos, entre estes a expansão gradual do setor monetário da economia e, a expansão do poder militar.

A expansão do setor de troca trouxe conseqüências muito diferentes para a maior parte da nobreza guerreira e para o rei ou príncipe. Vejamos como isto ocorreu:

I – Quanto mais moeda entrasse em circulação, maior seria o aumento dos preços. Aqueles cujas rendas não aumentassem, ou seja, que viviam de renda fixa, ficavam em situação desvantajosa e, nesta situação encontravam-se, sobretudo, os senhores feudais. Por outro lado, todos aqueles cujas rendas se elevavam, com essa nova oportunidade, passaram a desfrutar de vantagens. Incluía-se neste grupo certos setores da burguesia, mas principalmente o rei, o qual detinha a máquina da coleta de impostos, que lhe conferia riqueza crescente.

II – Paralelamente às crescentes oportunidades financeiras abertas, uma das pré-condições para que a monarquia obtivesse seu caráter absoluto, o poder militar aberto à função central também crescia. Quanto mais arrecadava, mais tinha condições de contratar guerreiros e, conseqüentemente tornar-se menos dependente dos serviços de guerra que o vassalo feudal era obrigado a prestar-lhe em troca de terra e proteção.

Associadas a essa série de mudanças, outro ponto significativo foi a transformação das técnicas militares, com o desenvolvimento das armas de fogo, fato que tornou a massa de soldados de infantaria comuns, militarmente superiores aos nobres/guerreiros.

Os fenômenos que eram benéficos a uma autoridade central, eram em todos os casos prejudiciais aos guerreiros. O guerreiro não mantinha relação direta com o crescente setor monetário, dificilmente podia obter qualquer lucro direto com as novas oportunidades, assim sentia apenas a desvalorização e o aumento dos preços.

Vejamos alguns fatos significativos apresentados por ELIAS neste sentido:

Calculou-se que uma fortuna de 22.000 francos no ano de 1.200 valia 16.000 francos em 1.300, 7.500 francos em 1.400 e 6.500 em 1.500. no século XVI, esse movimento acelerou-se, o valor da soma caiu para 2.500 francos e o mesmo sucedeu por toda a Europa. Um movimento que se originou em época muito recuada da Idade Média passou por extraordinária aceleração no século XVI. Do reinado de Francisco I até o ano de 1.610 apenas, a libra francesa foi desvalorizada na razão de aproximadamente 5 a 1.⁷

A transformação social assumiu grandes proporções, pois enquanto crescia a circulação da moeda e se desenvolvia a atividade comercial, enquanto as classes burguesas e a receita da autoridade central se expandiam, caía a receita de toda nobreza restante. Alguns cavaleiros foram reduzidos à pobreza, outros roubavam e usavam de violência para obter aquilo que não mais podiam ter, outros ainda vendiam suas propriedades. Com este novo cenário, boa parte da nobreza, obrigada pelas circunstâncias por um lado, e por outro atraída pelas novas oportunidades, entrou para o serviço de reis ou príncipes que podiam pagar. Já não eram mais guerreiros/ nobres ou vice versa, sua condição mudara, de guerreiros ou cavaleiros relativamente livres, para guerreiros ou oficiais assalariados.

Há ainda outra mudança estrutural: a perda de poder social da nobreza com a expansão do setor monetário da economia, enquanto aumentava o poder das classes burguesas.

⁷ ELIAS, N. **O Processo Civilizador...**,1993, p.21.

Entretanto, nenhuma das frentes mostrou ser forte o suficiente para obter predominância por um período prolongado.

Independentemente das tensões que ocorriam, ou das ocasionais alianças que se formavam em decorrência destas, a ascensão e o poder absoluto da instituição central dependiam da tensão contínua entre nobreza e burguesia.

2.2. A Dinâmica das Forças Centralizadoras e Descentralizadoras: A Configuração Medieval de Poder.

Durante o período medieval, a conquista de poder estava associada à aquisição de novos territórios. Sobre o rei, príncipe ou senhor feudal, recaíam também a função de comandante do exército, e seu poder, renome e força social associados às suas conquistas, controle e defesa dos territórios.

O Imperador e Rei Carlos Magno constitui um belo exemplo usado por ELIAS para clarificar esta configuração de poder. Como grande conquistador, Magno premiou com terras os guerreiros que lhe seguiam a conquista. Em virtude disto, mantinha-os coesos, mesmo possuindo terras que se espalhavam por todo o país. Como não era possível supervisionar todo o território sozinho, enviou por suas terras amigos e servidores de confiança para fazer cumprir a lei em seu nome, assegurar o pagamento de tributos e punir quem resistisse.

Desta forma, todas as funções do governo eram deixadas nas mãos dos, agora, senhores efetivos dessa área que não mais dependiam do poder central para sustentar-se e proteger a si mesmos e seus dependentes, ao menos enquanto não fossem ameaçados por

um inimigo externo. Todavia, logo que o poder central demonstrasse o menor sinal de fraqueza, o governante local ou seus descendentes procuravam mostrar seu direito e sua independência daquela autoridade.

Como as condições militares, econômicas e de transporte não permitiam manter um exército profissional, ou delegados oficiais em regiões remotas, a única alternativa era remunerar os seguidores do suserano com terras em volume suficientemente grande para garantir que eles seriam mais fortes que todos os guerreiros ou donos de territórios da região.

Toda nova conquista acarretava em novo envio de pessoas de confiança da autoridade central, o que de forma alguma amenizava a tensão entre grupos que lutavam pelo direito da hereditariedade. Sempre que necessário o rei enviava outras pessoas para tentar manter o controle do território.

Sobre este jogo ELIAS mostra que:

[...] não havia juramento de fidelidade ou de lealdade que impedisse os vassalos que representavam o poder central de afirmar a independência de suas áreas tão logo sentissem pender em seu proveito a balança de poder. Esses senhores territoriais ou príncipes locais possuíam, na verdade, a terra que o rei outrora controlava. Exceto quando ameaçados por inimigos externos, não mais necessitavam do rei. Colocavam-se fora de seu poder. Quando dele precisavam como líder militar, o movimento era invertido e o jogo recomeçava, supondo que o suserano fosse vitorioso na guerra. Neste caso, graças ao poder e ameaça que emanavam de sua espada, ele recuperava o controle real sobre todo o território e podia redistribuí-lo novamente[...]⁸

MAGNO sempre que possível substituiu os velhos duques locais por seus oficiais, os condes. Sempre que estes condes demonstraram possuir vontade independente de exercer um controle efetivo sobre o território que lhes fora confiado, despachou novos membros de seu círculo como enviados reais, os *missi dominici*, para supervisioná-los.

⁸ ELIAS, p.26.

Com Luís, o Pio, a função de conde começa adquirir caráter hereditário. PIO carecia do renome militar de MAGNO, os enviados reais perderam sua função e as tendências centrífugas no interior da organização imperial e social vieram à tona. Tais tendências atingiram seu pico em 887, sob CARLOS III, que já não conseguia defender Paris dos inimigos externos, apenas fazendo-o pelo poder do dinheiro.

Com o fim da linhagem direta dos Carolíngios, a coroa passou inicialmente para ARNULFO, que havia provado seu valor como chefe militar nos conflitos de fronteira contra tribos estrangeiras. Entretanto, poucos anos depois ao hesitar conduzir o exército à batalha, a reação foi imediata. Por toda a Europa, pequenos reis surgiram, e o movimento seguiu seu curso sob os primeiros imperadores saxões.

Os saxões eram particularmente vulneráveis às pressões de tribos não-germânicas que avançavam do leste. Consistia a função de seus duques proteger o território tribal. De 924 até 934, HENRIQUE I negociou várias tréguas e venceu várias batalhas até restabelecer as fronteiras setentrionais contra os dinamarqueses. Com suas vitórias externas, lançou os alicerces de um poder central interno fortalecido.

Com a morte de HENRIQUE I, seu filho OTTO sobe ao poder, lançando novas ofensivas, expandindo seu território e, de forma mais deliberada, procura combater os mecanismos que debilitavam o centralismo. De um lado, limitou os poderes dos governantes locais que instalava, de outro, nomeou altas figuras eclesiásticas. Contudo, estas medidas apenas reforçaram as forças descentralizadoras. A convergência dos interesses de altos dignitários eclesiásticos e seculares acabou por tornar-se um fator que muito contribuiu para minar, por séculos, o poder efetivo da autoridade central do Império Germânico.

Já na França o contrário ocorreu, pois os bispos pareciam interessados em preservar uma forte autoridade central, tendo em vista sua própria segurança. Evidentemente, se deixarmos de lado o papel do soberano como chefe militar,

conquistador e distribuidor de novas terras, a base do poder social do rei consistia nas posses de sua família, na terra que controlava diretamente, com a qual tinha que sustentar seus serviços da corte e agregados armados, o que sem dúvida não o deixava em situação melhor que a de qualquer outro governante territorial.

A situação tornava-se mais emergencial na medida em que não havia mais conquistas, pois suas propriedades pessoais eram reduzidas. Contudo, é necessário perceber que a feudalização não pode ser entendida como 'causa' externa de todas essas mudanças, ou seja, os vários elementos: a necessidade de conceder terras a guerreiros e servidores, a inevitável diminuição das propriedades reais, a menos que houvesse novas conquistas, a tendência da autoridade central em debilitar-se em tempos de paz, fazia parte do processo de feudalização.

2.3. O Aumento da População

O aumento ou diminuição das populações, é sem dúvida um dos principais motores da mudança na estrutura das relações humanas e das instituições a elas correspondentes; um elemento que jamais deve ser ignorado, demonstra, como apresentou ELIAS, “com uma clareza toda especial, a natureza irresistível dessas forças sociais”⁹.

Com o passar dos anos a população crescia, e a terra – o mais importante dos meios de produção e o supra-sumo da propriedade e da riqueza em sociedade, tornara-se escassa.

⁹ ELIAS, p.38.

As tensões existentes na sociedade, muito além do desejo por terra e pão, exerciam uma pressão mental sobre toda pessoa. Desta forma, coube à Igreja dirigir tal força, dando-lhe um significado e justificação nobres, ou seja, tornou-se uma luta pela fé cristã.

As terras eram poucas, e já não havia outra forma de se conseguir territórios, senão através da espada. Como já dissemos, a classe guerreira e, principalmente, seus filhos mais moços, que possuíam heranças muito pequenas, ou aqueles que nada tinham, agora passam através dos séculos como cruzados, chefes de bandos de assaltantes, mercenários a serviço de grandes senhores, até que finalmente formaram a base dos primeiros exércitos permanentes.

Sobre esta compulsão aquisitiva ELIAS comenta que:

Já se supôs que tal anseio por 'mais' propriedade, essa compulsão aquisitiva, fosse uma característica exclusiva do 'capitalismo' e, assim, dos tempos modernos. Segundo essa opinião, a sociedade medieval se distinguia pela satisfação com uma renda apropriada à posição social de cada um. Dentro de certos limites, essa tese é sem dúvida correta, se o desejo de 'mais' é entendido como se aplicando apenas ao dinheiro. Mas, durante boa parte da Idade Média, não era a posse de dinheiro, mas a de terra, que consistia a forma essencial de propriedade. A compulsão aquisitiva teve assim, necessariamente, forma e direção diferentes. Exigia formas de conduta diversos dos vigentes numa sociedade monetária e de economia de mercado. Pode ser verdade que só nos tempos modernos é que se desenvolveu uma classe especializada no comércio, com o desejo de ganhar um volume cada vez maior de *dinheiro* [assim no original], através de um trabalho incessante. As estruturas sociais que, na economia predominantemente de troca na Idade Média, levam a um desejo sempre maior de possuir meios de produção – e seus aspectos estruturais, importantes em ambos os casos – são menos fáceis de se perceber porque o que se desejava era terra, não dinheiro. Além do mais, as funções políticas e militares ainda não se haviam diferenciado das econômicas, como ocorreu gradualmente na sociedade moderna. A ação militar e as ambições políticas e econômicas eram, na maior parte, idênticas; o desejo ardente de aumentar a riqueza sob a forma de terras equivalia à mesma coisa que ampliar a soberania territorial e aumentar o poder militar. O homem mais rico numa área determinada, isto é, o que possuía mais terras, era, portanto o militarmente mais poderosos, com o maior número de servidores e, a um só tempo comandante

de exército e governante.¹⁰

Entretanto, é fundamental perceber que numa sociedade colocada sob tal movimentação pelo bloqueio da expansão territorial e pela pressão demográfica todos aqueles que se recusassem a competir, ou mesmo os que meramente desejassem manter seus territórios, terminariam correndo um grande risco de sucumbir perante os que lutavam para aumentar suas posses.

Gradativamente, um objeto unificado de troca torna-se necessário – o dinheiro. O dinheiro só tornou-se necessário quando longas cadeias de troca formaram-se, graças à expansão interna, às migrações, e o estabelecimento de relações de comércio em distâncias maiores.

Em períodos anteriores, caracterizados pela ausência de transações de grande escala, o rei era obrigado a viajar com a corte de um palácio a outro, para que pudesse consumir no local o produto de suas propriedades. Como se pode observar, o transporte por terra era extremamente difícil, quando comparado ao transporte por água. Um exemplo se constitui no fato de que todos os centros do comércio situavam-se na costa ou às margens de rios navegáveis.

Porém, durante o período carolíngio, a principal via navegável do mundo antigo, o Mediterrâneo, estava fechada para um grande número de povos, devido à expansão árabe. Esta nova mudança criou uma dimensão inteiramente nova para o transporte e as relações terrestres.

O uso do trabalho animal ampliou-se muito, surgiram técnicas diferenciadas para o transporte em longas distâncias: mudança nos arreios dos cavalos, o uso das ferraduras, o carro de rodas e as primeiras estradas, fatos que ocasionaram um forte aumento nas cadeias de interdependências.

Neste sentido, quanto mais aumentava a interdependência das pessoas e mais

¹⁰ ELIAS, p.46.

terras e produtos eram incluídos na circulação do comércio e da moeda, mais dependentes as classes superiores se tornavam das classes inferiores.

2.4. Sobre a Monopolização Territorial: O Nascimento do Estado, o exemplo da França.

No início do século XII, o antigo Império Franco do Ocidente, que se transformara em um aglomerado de domínios separados, praticamente não sofria ameaças externas. O Rei limitava-se, como outros grandes senhores feudais, a consolidar suas posses em seu território – o ducado de Francia.

Praticamente igualada em poder a outros territórios feudalizados, a Casa Real, mesmo com o apoio eclesiástico possuía pouca, ou praticamente nenhuma vantagem perante outros governantes territoriais. Entretanto, a busca por novos territórios, ou seja, por mais poder, persistia.

O reinado de LUÍS VI constitui-se em um bom exemplo, para ilustrar esse processo. Suas batalhas contra outras Casas Reais (Rocheport, Ferté-Alais, Puiset, etc.) foram os primeiros passos para consolidar a posição monopolista da monarquia.

O seguinte trecho nos parece esclarecedor a esse respeito:

O mecanismo que gerou a hegemonia foi sempre o mesmo. De maneira semelhante – através da acumulação de propriedades -, em tempos mais recentes um pequeno número de empresas econômicas supera seus rivais e concorre entre si até que, finalmente, uma ou duas delas controlam ou dominam um dado ramo da economia, sob a forma de monopólio. Analogamente – acumulando terra e, dessa maneira, ampliando potencial militar e financeiro – Estados, em tempos recentes, lutam pela preponderância numa dada parte do mundo. Mas, se na sociedade moderna, com a divisão mais extensa de funções que se observa, esse processo ocorre de forma relativamente complexa, distinguindo-se os aspectos econômicos, militares e políticos da hegemonia, na sociedade de Luís VI, dada à economia predominantemente de troca da

época, tais aspectos permaneceram unificados.¹¹

Nesta direção ELIAS distingue duas principais fases na dinâmica do mecanismo. Em primeiro lugar, estaria a fase de formação do monopólio, caracterizada pela fase da livre competição ou provas eliminatórias, na qual os recursos tenderiam a se acumular num número cada vez menor de mãos e, finalmente, em apenas duas (esta fase estendeu-se pelos séculos X e XI). Em segundo, estaria a etapa em que o controle dos recursos centralizado e monopolizado passaria de um indivíduo para um número cada vez maior, tornando-se função de uma rede humana interdependente, passando do privado para o público.

Até aqui mostramos que a compulsão por poder levou certo número de senhores feudais ao conflito, que este círculo de competidores foi sendo reduzido gradativamente, até que um deles obtivesse o monopólio. A combinação destes mecanismos, com processos cada vez mais intensos de formação de capital e diferenciação funcional, culminou na formação do Estado Absolutista. Todavia esta reorganização social não ocorreu sozinha, ela veio acompanhada de mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado apontaria na direção de nossa forma de conduta e de sentimentos civilizados.

Mas afinal o que é o processo civilizador?

Em primeiro lugar, é importante destacarmos que o processo civilizador constituiu uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção. Entretanto, ao contrário do que possa parecer, este não foi um processo planejado, ou mesmo racional, nem mesmo foi posto em movimento por pessoas dotadas de tal perspectiva.

¹¹ ELIAS, p. 90.

Sobre este assunto ELIAS comenta que: “na verdade, nada na história indica que essa mudança tenha sido realizada ‘racionalmente’, através de qualquer educação intencional de pessoas isoladas ou de grupos. A coisa aconteceu, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem”¹².

Deste modo, o que se coloca é que planos e ações, impulsos sejam emocionais ou racionais de pessoas isoladas se entrelaçariam de modo amistoso ou hostil, resultando num tecido básico, que pode dar origem à mudança e modelos que nenhuma pessoa isolada criou, é essa ordem social que determina o curso da mudança histórica. Neste sentido: “a civilização é posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas vêm obrigadas a conviver”¹³.

Ademir Gebara em seu artigo “EDUCAÇÃO E LAZER NA TEORIA DO PROCESSO CIVILIZADOR” considera a Teoria do Processo Civilizador como um projeto ainda em elaboração.

Um dado importante a ser considerado, é que não bastaria ao homem apenas produzir meios para sua subsistência, além disso, seria necessário se defender, caso contrário tornaria-se caça/ alimento. Desta forma, os homens viveriam em cadeias de interdependência aproximando-se uns dos outros formando laços.

Mas o que faz com que as pessoas liguem-se umas às outras e sejam dependentes delas?

Como argumentou ELIAS em “INTRODUÇÃO A SOCIOLOGIA”, “[...] a luta que cada um trava pela satisfação própria deriva inteiramente do nosso corpo – também está muito dependente dos outros. Esta é, na verdade, uma das interdependências

¹² ELIAS, p.193.

¹³ ELIAS, p.195.

universais que ligam as pessoas”¹⁴. Seria possível ainda:

Proceder como Durkheim e encarar as ligações humanas essencialmente no contexto de uma especialização de trabalho crescente, que faz com que as pessoas se tornem cada vez mais dependentes umas das outras. Estas idéias são importantes, mas as ligações a que se referem são ainda meramente econômicas. Torna-se, no entanto, impossível tratar adequadamente os problemas das ligações sociais das pessoas, especialmente das suas ligações emocionais, se apenas considerarmos interdependências relativamente interpessoais. Podemos obter uma visão mais completa da teoria sociológica se incluirmos as interdependências pessoais e, sobretudo as ligações emocionais entre as pessoas, considerando-as como agentes unificadores de toda a sociedade.¹⁵

É de fundamental importância perceber que na medida em que as unidades sociais tornaram-se maiores e mais estratificadas, surge um novo elemento: nas ligações emocionais simultaneamente com as ligações interpessoais poderão ser encontradas ligações unindo pessoas a símbolos, como por exemplo, uma bandeira.

Neste sentido, as configurações formadas seriam resultados das inúmeras possibilidades de interações sociais, tanto internas quanto externas a determinado grupo, e assim, definiriam e redefiniriam a balança de poder (elemento fundamental de qualquer configuração) entre as pessoas.

Portanto, procuraríamos os outros para a realização de toda uma gama de necessidades emocionais, o que estaria além e acima da imediata satisfação das necessidades sexuais (como já se supôs). A sexualidade constitui apenas uma manifestação mais forte e mais demonstrativa dessa necessidade

Sob pressão da competição, as funções sociais tornaram-se cada vez mais diferenciadas e conseqüentemente, crescia o número de pessoas das quais o indivíduo

¹⁴ ELIAS, N. **Introdução a Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1980. p. 148.

¹⁵ *Loc. cit.* p. 150.

dependia. À medida que essa rede de ações tem que se organizar de forma mais rigorosa, o indivíduo passa a ser compelido a regular sua conduta, muito além de simplesmente exercer um autocontrole consciente, imbutido desde os primeiros anos de vida, agora também um cego aparelho automático de autocontrole foi firmemente estabelecido.

Quanto maior torna-se a rede de interdependência, maiores são os espaços sociais pelos quais estende-se esta rede e, conseqüentemente, mais avançada se torna a existência de indivíduos que dão vazão a seus impulsos e emoções espontâneas.

Com a mudança de situação, a expressão dos sentimentos já não podia mais ser saboreada sem ressalvas ou sem reflexão de suas possíveis conseqüências. Se por um lado, com a monopolização da força física, o medo que um homem tinha de outro é reduzido, por outro, certas possibilidades de descargas emocionais através da imposição de medo e terror são restringidas, especificamente na satisfação direta do prazer.

Para ELIAS:

Para tudo que faltava na vida diária um substituto foi criado nos sonhos, nos livros, na pintura. De modo que, evoluindo para se tornar cortesã, a nobreza leu novelas da cavalaria; os burgueses assistem em filmes à violência e à paixão erótica. Os choques físicos, as guerras e as rixas diminuíram e tudo o que as lembrava, até mesmo o trinchamento de animais mortos e o uso da faca à mesa, foi banido da vista ou pelo menos submetido a regras sociais cada vez mais exatas. Mas, ao mesmo tempo, o campo de batalhas foi, em certo sentido, transportado para dentro do indivíduo.¹⁶

2.5. Lazer e Prazer: Um Caminho a Percorrer.

Ao propormos uma discussão sobre o lazer, ou mesmo antes disso, questionarmos a forma pela qual tal fenômeno tem sido tratado, torna-se fundamental

¹⁶ ELIAS, N. **O Processo Civilizador...** p.203.

pontuarmos alguns aspectos: seu desprezo enquanto área de investigação sociológica; o estatuto de axioma científico adquirido pelo trabalho; a impressão de aproveitamento do tempo, resumido na seguinte equação – fazer = produzir; publicações que objetivam caracterizar suas atividades e enquadrá-las de acordo com uma série de quesitos (divertimento, liberdade de escolha etc.).

Todavia, acreditamos que apenas elencar características, ou opor o lazer ao trabalho, não nos fornece as condições necessárias para perceber o objeto lazer e sua complexidade, pois tal posicionamento apenas evidenciaria a significativa fragilidade teórica com que a questão tem sido tratada. Mas como avançar no sentido de propor discussões sob outra ótica?

Sustentamos no decorrer das linhas que se seguem que, para a reflexão sobre o lazer, um caminho possível é justamente apresentar a busca do prazer como elemento fundamental. Neste sentido, tal busca seria elemento característico distintivo da personalidade humana.

Buscamos também, situar tal discussão tendo como pano de fundo o processo civilizador, mais especificamente através das mudanças nas formas de comportamento.

2.6. As Emoções Humanas: Um Elemento Fundamental de Análise.

A sociologia figuracional é fundamentalmente baseada no reconhecimento de que a evolução tem equipado biologicamente os humanos como seres sociais, existindo portanto, a necessidade de se explorar as ligações entre a biologia, a psicologia, a sociologia e a história dos seres humanos.

Ao tratar as emoções humanas como elemento fundamental de análise, ELIAS¹⁷ indica que o desenvolvimento humano não se refere ao crescimento material, e sim que ele é emocional. Seria dado, portanto, pela possibilidade social e psicológica de diferenciar e consolidar seus controles emocionais.

Entretanto, esta questão que aparentemente é simples, traz consigo uma série de entraves. Entre eles, poderíamos destacar que os estudos psicológicos e biológicos das emoções humanas, na maioria dos casos, preocupa-se com seus aspectos estruturais. Desta forma, este pensamento representa uma determinada “fratura”, com uma tradição antiga que induz biólogos e psicólogos a desconsiderar, ou toldar diferenças estruturais entre as emoções humanas e a de espécies não humanas.

As discussões sobre a união funcional de características que os humanos compartilham com outras espécies, e as exclusivamente humanas, ainda são raras. Tais discussões poderiam ser úteis para determinar um consenso sobre o conceito de emoções humanas, permitindo avanços significativos no campo das ciências humanas.

ELIAS atenta para a presença de duas tendências em ciências humanas: uma, enfoca as propriedades compartilhadas entre humanos e outras espécies, legitimando-se para o estado de ciências naturais. Tal enfoque, para o autor, geralmente caminha indiferente às características de inovações evolutivas da espécie humana.

Os representantes desta ciência normalmente selecionam como pertinente o que eles consideram características humanas naturais invariáveis, preferencialmente as que os humanos compartilham com outras espécies. Em outras palavras, seríamos basicamente macacos. Para o autor, trata-se de uma abordagem reducionista.

O outro tipo de ciências humanas, incluídas quase todas as ciências sociais,

¹⁷ As questões aqui expostas podem ser aprofundadas em ELIAS, N. “**On Human beings and their emotions: a process – sociological essay**”. In: FEATHERSTONE, M. et.al. *The Body: the social process and cultural theory*. Londres, Sage Publications; New Delhi, Newbury Park, sd, pp.103-5, 1987.

preocupa-se com objetivos que normalmente são vistos como pertencentes à natureza. Tal ciência trata o “objeto” como algo fixado aparte à natureza, como algo que pode ser explorado completamente. A maioria destas ciências (história, sociologia etc.), preocupa-se com aspectos da vida humana que são exclusivamente humanos, distinguindo a humanidade de outras espécies, permanecendo mais indiferentes ao problema. Nesta visão filosófico-religiosa, o ser humano representaria um rompimento com o mundo animal, formando um espírito.

O ponto central é a freqüente discussão, entre os sociólogos, sobre a falta de características distintivas, e a relação de evolução biológica e desenvolvimento social, sendo o termo evolução, utilizado indiscriminadamente como referência para ambos.

O termo evolução é, no entendimento do autor, restrito ao nível biológico. Neste sentido, a expressão desenvolvimento é preferível, uma vez que traz uma característica distintiva de aprendizagem, de mudança sócio-cultural. Assim sendo, uma tradição antiga sugere uma absoluta divisão entre natureza e não natureza, sendo que ambas as tendências sofrem de inabilidade para entender a natureza do processo.

Tais tendências são apanhadas por uma “tradição” conceitual poderosa, que força as pessoas a representar condições estatísticas e eventos reconhecidos, sendo percebidos como partes de um processo.

A estranheza surge para compreender processos de longo prazo, pois a reconstrução de fases antecedentes é dificultada devido ao fato de seus representantes (antecedentes biológicos), no caso humano, estarem extintos.

O estudo de macacos tem sido freqüentemente usado para reconstruir fases perdidas da evolução humana, podendo ajudar a explicar quais inovações evolutivas deram para a espécie humana “vantagens”. Entretanto, tal utilização pode desviar a atenção para a necessidade de construção por hipótese, de modelos de fases da evolução humana, induzindo estudiosos a erros.

A espécie humana (em sua evolução) ao invés de ramificar-se em um grande número de espécies diferentes, em contraste, adquiriu um equipamento natural que permitiu que esta se adaptasse a uma vasta variedade de condições, espalhando-se pelo planeta; aprendendo e transmitindo conhecimento para outras gerações, adaptando-se para ambientes novos com a ajuda de uma sucessão de transformações sociais (na forma de desenvolvimento social).

Para ELIAS, as emoções humanas podem servir, como um útil ponto de partida para o trabalho de reconstrução deste processo.

A primeira hipótese deste autor é que, como uma espécie, o ser humano representa uma inovação evolutiva. Em todos os outros casos, o “programa genético” de reações sempre é dominante, inato. Como outras espécies, o ser humano possui um repertório de comportamento inato. Todavia, tal forma de conduta ficou subordinada a formas instruídas. Assim sendo, o ser humano não pode orientar-se no mundo, nem comunicar-se entre si, sem adquirir “conhecimento socialmente aprendido”.

Sobre o assunto ELIAS comenta:

Pela primeira vez, no processo evolucionário modos predominantemente aprendidos de direcionamento comportamental tornaram-se clara e indubitavelmente dominantes em relação aos modos predominantemente não aprendidos [...] seja qual for o modo como se olhe, este é um exemplo de processo caminhando continuamente *pari passu* com a especificidade de algumas características estruturais representativas do processo. As conseqüências desta ruptura chegaram muito longe ¹⁸.

Outro ponto a merecer destaque é que, no contexto humano, o conceito de natureza precisa ser redefinido. Seria possível distinguir entre dois tipos de estruturas, que podem ser chamadas de natural. Por um lado, estruturas de mudanças completamente inacessíveis, como resultado de aprendizagem; por outro, estruturas naturais humanas,

¹⁸ ELIAS, *In*: FEATHERSTONE, *Ibid.*, 1987. p.7.

que não podem funcionar completamente, a menos que sejam estimuladas pelo amor de uma pessoa, e pelo convívio social.

Durante a aprendizagem de um idioma, por uma criança, é possível o entrelaçamento de dois processos: um processo biológico maturacional e um processo social de aprendizagem.

Desta forma, para ELIAS, o encaixe de um processo biológico de maturação e um processo social de aprendizagem em uma criança humana, ilumina a dobradiça que conecta natureza humana com sociedade humana.

As emoções humanas resultam de um processo inato e de um processo instruído. Podemos, deste modo, observar três aspectos: um componente de comportamento, um fisiológico e um de sentimento.

A maioria dos atributos e propriedades de um ser humano têm funções que só podem ser entendidas, se consideradas as relações da pessoa com existências diferentes da sua. No caso dos sentimentos um fato relevante é a possibilidade de verbalizá-los.

Já o estudo de emoções encontra seus entraves no uso inadvertido do termo. Num sentido mais geral, o termo emoção é aplicado a um padrão de reação, no qual envolve o organismo inteiro (somático, sentimento, comportamento). Em seu sentido mais restrito, este termo só se refere ao componente de sentimento.

Assim, no que se refere à expressão de sentimentos, o termo emoção é representação de uma *ego-imagem* humana, de acordo com a qual, o verdadeiro *ego* de uma pessoa está escondido.

O processo de controle das emoções é um aspecto básico dentro da Teoria do Processo Civilizador. Seus dois volumes tratam das mudanças ocorridas nas condutas sociais, na sociedade e personalidade da Europa ocidental durante o período de 850 a 1850, sendo a maior parte das evidências documentais utilizadas da segunda metade deste período: 1350 a 1850.

Todavia, esse longo período quando comparado com a história da civilização

humana, não passaria de um breve episódio. Buscando alargar essa perspectiva Johan Goudbloom¹⁹ faz uma classificação sistemática primária, distinguindo três níveis nos quais podemos falar de um processo civilizador.

O primeiro deles é o nível individual – referindo-se à capacidade e necessidade dos seres humanos aprenderem. O segundo é o processo sociocultural – no qual padronizações de condutas são transmitidas de uma geração para outra.

O estudo de ELIAS sobre o processo civilizador na Europa ocidental, no início da era moderna, está focado sobre este nível. Entretanto, como constatou o próprio ELIAS, o processo civilizador não começou de uma linha de partida.

Vejamos como GOUDSBLOM comenta essa passagem:

Não há, em outras palavras, nenhum “ponto zero” no processo de civilização europeu. Ele constituiu a continuação, a sua própria maneira, de processos civilizadores mais antigos – entre os quais os Gregos, os Romanos, os Celtas, os povos Germânicos, e assim por diante. Nem estas sociedades mais antigas começaram do zero. Também carregaram (novamente cada uma a seu modo) tradições mais antigas, constituídas em estágios ainda mais antigos. A história humana não nos oferece nenhum exemplo de uma sociedade completamente “incivilizada”²⁰.

Ao chegar à conclusão de que não haveria um ponto zero no processo de civilização, e que cada estágio do processo de civilização indicaria estágios ainda mais antigos, GOUDSBLOM afirma a existência de um terceiro nível, que abrangeria os outros dois níveis, o social e o individual, em que o processo civilizador deve ser discernido – o nível de uma história humana mais ampla.

¹⁹ GOUDSBLOM, J. **Fire and Civilization**. London: Allen Lane, 1992.

²⁰ GOUDSBLOM, J. **O Processo civilizador e a domesticação do fogo**. Texto resumido da primeira palestra na Cátedra de Norbert Elias, proferida na Universidade de Leicester em março de 1991. Traduzido por Maria Luiza Bissoto. *Journal of World History*, vol.3, nº1, 1992. by University of Hawaii Press. p.2.

É justamente neste ponto que entra o fogo, pois seu controle é um aspecto básico da vida humana e estaria associado a milhares de gerações, dado que as sociedades humanas possuíam a capacidade de controlá-lo a pelo menos 400.000 anos, podendo até se tratar de um período de 1.4000.000 anos.

Para GOUDSBLOM, a domesticação do fogo teve conseqüências amplas, e tem o mérito de ser colocada como a primeira grande transformação ecológica advinda dos humanos, opinião não compartilhada entre os acadêmicos contemporâneos, por acreditarem que sua domesticação não conta muito da história da sociedade. Localizam o “alvorecer da civilização” somente a uns 10.000 anos atrás com a emergência da agricultura, seguida da origem das cidades e a invenção da escrita.

O fogo - para GOUDSBLOM – um processo de combustão, manifestado em calor e luz é a primeira força não humana a fazer parte da nossa sociedade. Sendo assim pontua quatro de suas características: é destrutivo; é irreversível; não tem intencionalidade; é autogerado.

Se a princípio essas não são propriedades atrativas, a possibilidade de torná-las produtivas e dar-lhe objetivo, seriam motivos suficientes para incorporar esta força natural.

Dentre as muitas formas de tornar o fogo produtivo, as duas mais básicas seriam: cozinhar e limpar a terra. Cozinhando, o homem foi capaz de destruir componentes tóxicos e, por sua vez, ampliar a oferta de comida. Já limpar e queimar, facilitava a caça, também tornava o solo mais fértil.

O fogo também forneceu luz e calor, proteção contra o frio e a escuridão e manteve os predadores afastados, trazendo melhora nas condições de vida, podendo desta forma ser um foco para a vida grupal e incrementar a comunicação e solidariedade.

Incorporando-se às sociedades humanas, o seu controle também trouxe dependências, como, por exemplo, a necessidade de combustível, o que teria ocasionado sua administração pelo grupo. A utilização do fogo implicou em um grande processo de

controle das emoções, uma vez que suas principais características geravam medo, terror, proporcionando novas formas de organização grupais.

2.7. A Busca do Prazer.

Ao enfatizar as mudanças ocorridas a longo prazo, tanto nas emoções, quanto nas estruturas de controle das pessoas, ELIAS e DUNNING evidenciam o papel central que as reações emocionais têm no lazer, isto porque elas desempenhariam funções desrotinizadoras²¹, e gerariam uma tensão/ excitação agradável.

Segundo os autores, a excitação²² que as pessoas procuram no seu lazer é singular, tratando-se em geral de uma excitação agradável. Em se tratando de sociedades industriais mais avançadas, verifica-se uma menor frequência de situações críticas sérias que originam comportamentos de excitação nos indivíduos. Outro aspecto observável,

²¹ O termo “rotina” é entendido pelos autores “como sendo canais correntes de acção forçada por interdependência com outros, e impondo ao indivíduo um grau bastante elevado de regularidade, estabilidade e controlo emocional na conduta, e que bloqueiam outras linhas de acção, mesmo que estas correspondam melhor à disposição, aos sentimentos, às necessidades emocionais do momento”. Neste sentido, as atividades rotineiras não se referem simplesmente a repetição de condutas, e sim ao controle social e individual dos sentimentos e as normas e exigências a que as pessoas se submetem. ELIAS, N. DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992. p. 149.

²² O termo excitação é utilizado pelos autores de forma menos refletida, menos dependente da previsão, do conhecimento e da capacidade para libertar cada um, por pouco tempo, das cargas opressivas de sofrimento e perigos que nos rodeiam. “Nós estamos preocupados com a excitação espontânea e elementar que provavelmente tem sido inimiga da vida ordeira, através da história humana”. ELIAS, *ibid*.p.113.

nesta mesma direção, é a capacidade progressiva de aumento do autocontrole social e o autodomínio da excitação exagerada.

Vejamos como os autores se posicionam a esse respeito:

Nas sociedades industriais mais avançadas, ainda que esta situação não tenha se verificado no quadro das suas relações entre si, algumas das circunstâncias mais elementares de crise da humanidade, como a fome, as inundações, as epidemias e a violência efectuada por pessoas de condição social mais elevada ou por estranhos, foram submetidas progressivamente a um rigoroso controlo, mais acentuado do que havia sucedido no passado. E o mesmo aconteceu com as paixões. Explosões incontroladas ou incontroláveis de forte excitação colectiva tornaram-se menos freqüentes. Os indivíduos que agem de forma bastante excitada, sujeitam-se a serem conduzidos a um hospital ou à prisão. A organização social do controlo da excitação individual, no sentido de conter excitações apaixonadas em público, e até em privado, tornou-se mais forte e mais efectiva²³.

Gradativamente, a organização social do autocontrole da excitação individual tornou-se mais efetiva. Neste sentido, erupções de sentimentos fortes acabam por apresentar-se de outra forma, tornando-se motivo de embaraço, vergonha ou arrependimento, assim somente as crianças não são censuradas. Neste sentido, “o autocontrole – em parte – já não se encontra sob seu domínio. Tornou-se um aspecto de estrutura profunda da sua personalidade”²⁴.

Em tais sociedades, as atividades de lazer constituem um enclave para o desencadear do comportamento moderadamente excitado em público. Tais atividades, enquanto áreas sociais de liberação das restrições do não lazer, podem ser encontradas nas sociedades em todos os estágios de desenvolvimento. Entretanto, seja qual for o seu caráter, a excitação e a emoção compensadora são limitadas igualmente por restrições civilizadoras.

Outro ponto significativo na sua análise centra-se no binômio lazer/trabalho.

²³ *Loc.cit.* p.101-2.

²⁴ ELIAS. **A busca....**, p.103.

Para os autores, “a noção de que as atividades de lazer podem ser explicadas como complementares ao trabalho, é raramente considerada problemática”²⁵. Tal estereótipo foi elevado ao estatuto de axioma científico. Desta forma, ambos os conceitos foram distorcidos por uma herança de juízos de valor (o trabalho classificado como superior) e o lazer (como inferior), estando as características que os distinguem longe de ser nítidas.

Contudo, nas Sociedades-Estados, do nosso tempo, nas quais a pressão de formas de controle externo e interno é extensível a tudo, a satisfação lazer – ou a falta desta – pode ser de maior importância para o bem-estar das pessoas enquanto indivíduos ou sociedades.

Neste sentido:

Existem cento e uma maneiras de dominarmos as nossas emoções – por uma boa razão. Se toda a gente atenuasse ou eliminasse as restrições, toda a estrutura da sociedade se desfazia, e a satisfação da qual dependemos a longo termo, a nível de conforto, de saúde, de consumos vários, de lazer e muitos outros que são importantes quando comparados com os de outros países menos desenvolvidos – privilégios que, com frequência, não experimentaríamos como tais – peder-se-ia²⁶.

Apontam que um dos primeiros passos para o estudo mais adequado do lazer, nos fatos observáveis, traduz-se numa distinção mais permanente e nítida entre o tempo livre e o lazer (sendo o primeiro considerado como todo o tempo liberto das ocupações de trabalho).

Ao propor sua teoria do lazer ELIAS e DUNNING delimitam as atividades que compõe seu universo de estudo, sendo assim a conceituação proposta opõe o lazer às rotinas da vida social, identificando as atividades que são executadas de forma rotineiras.

²⁵ **loc.cit**, p.106.

²⁶ ELIAS, p. 73.

Uma vez que as atividades desenvolvidas durante o tempo livre são muito variadas, a percepção de que apenas uma parcela do tempo livre pode ser dedicada ao lazer parece evidente. Dito isto, apresentam uma tipologia do tempo livre que permite identificar as propriedades singulares do lazer, classificando-as de acordo com o grau de rotina, agrupando-as em três subconjuntos:

1) *Rotinas do tempo livre* – provisão rotineira das próprias necessidades biológicas e cuidados com o próprio corpo (comer, beber, descansar etc.); Governo da casa e rotinas familiares – conservar a casa em ordem, lavar a roupa, cuidar dos animais etc. Estas atividades além de rotineiras são pouco prazerosas.

2) *Atividades de formação e autodesenvolvimento* – trabalho social voluntário, estudo, *hobbies*, atividades religiosas, atualização de conhecimento etc.

As atividades dedicadas ao autodesenvolvimento pessoal, mesmo podendo até ser gratificantes, exigem, contudo, disciplina e em grande medida, a manutenção da conduta civilizada, que reprime manifestações espontâneas.

3) *Atividades de lazer* – encontros sociais formais ou informais, jogos e atividades miméticas, como participante o expectador, e miscelânea de atividades esporádicas prazerosas e multifuncionais, como viagens, jantares em restaurantes, caminhadas etc.

Como percebemos, as típicas atividades de lazer são aquelas mais associadas à destruição da rotina, e, caracterizam-se pelo “descontrole controlado” das restrições sobre os impulsos e as manifestações emocionais.

Há ainda, além do grau de rotina, dois parâmetros complementares para definir as atividades como lazer. O primeiro é o grau de compulsão social, nas atividades de lazer a participação é voluntária e menos sujeita a constrangimentos. O segundo, é a escolha individual, ou seja, uma medida de prioridade que é dada para a própria pessoa quando se determina a quem a atividade deve agradar, as decisões são tomadas em função de si mesmo ou do grupo, em detrimento dos interesses dos outros – desde que sejam

respeitados certos limites socialmente estabelecidos.

Aqui surgem três elementos básicos de lazer propostos por DUNNING²⁷: sociabilidade, motilidade e o despertar para a imaginação emocional. Para estes elementos parecem corresponder duas classes principais de eventos de lazer: atividades sociais e atividades miméticas.

A sociabilidade é um elemento básico na maioria das atividades de lazer, ou seja, um elemento chave no aproveitamento e o despertar de prazer emocional. Ao enfatizar a função sociável de algumas atividades de lazer, o lazer *gemeinschaften*, DUNNING evidencia as oportunidades para maior integração entre pessoas em um nível de abertura, e, com objetivo, emocionalmente amigável, o qual difere das formas de integração das da vida ocupacional e de atividades de não lazer.

Já ao utilizar motilidade, refere-se a movimento, a atividades de lazer como dança e a uma dimensão crucial do esporte, reporta-se, portanto, a atividades nas quais uma das principais fontes de satisfação imediata é o prazer, obtido através da absorção do movimento em si.

O termo mimético compreende um certo número de atividades de lazer que aparentemente têm pouco em comum, mas que compartilham características específicas, atividades comumente classificadas sob diferentes títulos, como esporte, entretenimento, cultura e artes.

Para ELIAS e DUNNING “sob a forma de factos de lazer, em particular os da classe miméticas²⁸, a nossa sociedade satisfaz a necessidade de experimentar em público

²⁷ DUNNING, E. **Sport Matters**: sociological studies of sport, violence and civilization. London/New York: Routledge, 1999.p.34.

²⁸ De acordo com os autores, “nas sociedades contemporâneas [...] já não é a organização das atividades religiosas e crenças que proporcionam a esfera de acção para uma equilibrada relaxação das restrições. Mas seja qual for o seu carácter, a excitação e a emoção compensadora reclamadas em algumas das actividades de lazer [...] a busca de excitação, é, nas nossas actividades de lazer

a explosão de fortes emoções – um tipo de excitação que não perturba nem coloca em risco a relativa ordem social, como sucede com as excitações de tipo sério”²⁹.

Nesta mesma direção, apontam que na medida em que as excitações sérias, e de tipo ameaçador diminuíram, a função compensadora da excitação-jogo aumentou. Tal tipo de excitação difere do outro tipo, pois é uma excitação que procuramos voluntariamente; é sempre agradável.

Consideram também a excitação inerente às relações homem e mulher, sendo a descoberta do outro sexo, a maior e a mais excitante das experiências de acordo com as normas e tradições da sociedade. Nesta linha de raciocínio, a maior excitação possível, socialmente reconhecida, é simbolizada no conceito de amor.

Vejamos como os autores descrevem esta passagem:

Talvez nada ilustre melhor a função peculiar da esfera mimética na nossa sociedade, do que a parte importante que a representação do amor desempenha, em numerosos dos seus produtos. A necessidade aparentemente interminável de representação de histórias de amor em filmes, peças de teatro e novelas, não é suficientemente explicada pela simples referência à propensão libidinosa das pessoas. O que estas representações miméticas proporcionam, é a renovação da excitação específica associada à primeira, e talvez mais tarde com uma outra, uma grande ligação de um homem e de uma mulher, que se encontra inacessível a muitas pessoas na vida real ³⁰.

Prosseguindo com a análise, apontam alguns problemas básicos ao estudar o lazer:

Quais são as características das necessidades individuais de lazer, desenvolvido nas sociedades mais complexas e civilizadas do nosso tempo?

complementar relativamente ao controlo e restrição da emotividade manifesta na nossa vida ordinária”.
ELIAS, N; DUNNING, E. *Ibid.*, p.105

²⁹ ELIAS, p.112.

³⁰ ELIAS, p.114.

Para a satisfação destas necessidades, quais são as características dos fatos específicos de lazer desenvolvido nas sociedades deste tipo?

Com o intuito de responder a primeira questão, apontam para o fato da necessidade de um tipo particular de excitação agradável. Assim sendo, a excitação é, por assim dizer, o condimento de todas as satisfações próprias dos divertimentos. Já na segunda, para os autores, não é tão fácil compreender os seus objetivos e implicações.

Atentos para o fato de que não se atingiu o momento em que seja um hábito falar de lazer, acreditam que o fulcro do problema do lazer se encontra na relação entre a estrutura das necessidades características do lazer, do nosso tipo de sociedade e estrutura dos fatos designados para a satisfação dessas necessidades.

As dificuldades para avanços na resolução do problema residem no fato deste ultrapassar as fronteiras das diversas ciências. Desta forma, o que foi separado, para efeitos de estudo, deve ser reunido de novo para o mesmo fim.

Reportam-se ainda, aos fragmentos conservados da teoria de lazer de ARISTÓTELES, baseada no efeito da música e da tragédia nas pessoas, e a termos utilizados por ele para discutir lazer e trabalho, *scholē* e *ascholia* respectivamente.

Buscando compreender o significado de *mimesis* e *katharsis* na Poética, esbarramos em três dificuldades. A primeira é que seu texto possui um caráter esotérico, e foi feito para o uso interno de ARISTÓTELES ao ministrar seus cursos no Liceu. A segunda é que toda parte relativa à comédia se perdeu. Já a terceira é que em nenhum momento o autor explica o que entende exatamente por *mimesis* e *katharsis*, dois conceitos fundamentais de sua obra.

É evidente, porém, que os utiliza com sentidos inteiramente diversos de seu antigo Professor PLATÃO, autor que compreende *mimesis* como imitação e o utiliza em sentido negativo.

ARISTÓTELES dá ao termo um caráter positivo e uma importância maior, ao ponto de se tornar um conceito no interior da Poética. Os conceitos de *mimesis* (traduzido

por imitação) e *katharsis* (traduzido por purgação, purificação) serão as peças fundamentais que estruturam a definição de tragédia (teatro), compreendida como imitação que se efetua mediante atores, e que suscitando o terror e a piedade, tem por efeito a purificação destas emoções.

A palavra *mimesis* está ligada a *techené* (arte) e a *physis* (natureza). Porém, o imitar aristotélico das ações é uma criação, pois resgata o mundo pelo intermédio do próprio mundo. A *mimesis* é então ativa e criativa e, portanto a catarse um efeito suscitado pela tragédia no público. Assim os atores, que imitam ações, na catástrofe final da tragédia, suscitam no público terror e piedade, visando a *catarse* destas emoções.

Sua teoria possuía como peça central, o conceito de *catarse*, palavra derivada do conceito médico, utilizado em ligação com o expulsar de substâncias nocivas do corpo, propunha que o prazer é um ingrediente necessário para o efeito curativo.

Portanto, a essência do efeito curativo dos atos *miméticos* consiste no fato de a excitação que produzem ser agradável. Sem o elemento hedonista do entusiasmo, nenhuma *catarse* é possível.

A tese de ARISTÓTELES nos fornece aspectos do problema do lazer que são freqüentemente esquecidos. Um deles é que grande parte dos fatos de lazer desperta emoções relacionadas com aquelas que as pessoas experimentam em outras esferas (ciúme, ódio etc.), de uma maneira que não é seriamente perturbante e perigosa. Confundindo-se na esfera *mimética* com uma espécie de prazer.

Assim sendo, a excitação *mimética* é, na perspectiva social e individual, desprovida de perigo e pode ter efeito *catártico*. Entretanto, esta forma pode transformar-se em excitação séria.

A síntese figuracional aponta para o coração do problema de como e por quê os seres humanos têm a necessidade de atividades como o esporte, uma vez que o processo de evolução biológica dirigiu o homem a ser não somente uma espécie que depende amplamente da aprendizagem sócio-cultural para sua sobrevivência, mas também criou

criaturas cujo organismo requer estímulos a fim de funcionar satisfatoriamente, particularmente, estímulos através da companhia de outros seres humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: TENTATIVAS DE APROXIMAÇÃO

Ao iniciarmos nosso estudo, estávamos certos da necessidade de pensar o lazer sob outro prisma, de desvincularmo-nos da simples oposição lazer/trabalho. Sendo assim, procuramos neste momento encontrar possíveis proximidades entre VEBLEN e ELIAS, não objetivando atribuir à determinada teoria um *status* superior, desqualificando a contribuição da outra, fato muito comum no meio acadêmico.

“A TEORIA DA CLASSE OCIOSA” de VEBLEN, escrita em fins do século XIX, tem sido citada como uma das primeiras e principais contribuições à teoria do lazer, porém, em nossos dias é raramente discutida em detalhes. Alguns críticos tendem a recusar sua teoria, vendo-a como pedaço de um período, com relevância limitada para as condições atuais, por enfatizar uma classe dominante que direcionava suas vidas à prática do lazer.

Como demonstramos, a teoria de VEBLEN não trata especificamente de uma reflexão sobre o lazer, e sim de um estudo econômico das instituições. Independentemente disso, sua obra foi acolhida por inúmeros estudiosos do lazer, transformando-se em referência obrigatória.

Ao apresentar uma tese evolutiva entre lazer e civilização, o autor associa o surgimento da classe ociosa com a consolidação da propriedade privada, destacando a estratificação e mobilização social.

A classe ociosa tinha suas ocupações em atividades governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas, ou seja, em atividades consideradas dignas, e que requeriam a intervenção de tensão súbita e violenta. Já as atividades industriais cabiam às classes inferiores, tinham como característica um caráter rotineiro.

A tese de WEBER baseia-se na idéia de que pessoas acima da mera subsistência, não se valem de sua condição visando a propósitos úteis (expandir suas vidas, viver com mais inteligência), mas buscam impressionar as outras através do excesso.

O conceito de dignidade, valia ou honra, quando aplicado a determinados indivíduos, ou a determinadas atividades, é de fundamental importância no desenvolvimento e diferenciação das classes.

O homem, por necessidade seletiva, é um agente, e se vê como o centro do desenrolar de uma atividade impulsiva. Procura portanto, realizar algum fim concreto, objetivo, tendo preferência por atividade eficaz – o instinto de artesanato, repudiando o esforço fútil.

Com a passagem da selvageria pacífica para a fase predatória, a atividade do homem assume um caráter de proeza, e seus sinais mais tangíveis, os troféus entram para o mundo mental do homem como um traço essencial da vida. Um ato honroso, ou seja, digno, é em última análise um ato vitorioso de agressão, reconhecido pela sociedade.

Tanto o ócio como a propriedade, são elementos da estrutura social, são fatos convencionais. A forma de casamento fundada na coerção e o costume da propriedade, são conseqüências do desejo dos homens de obter sucesso e ressaltar sua proeza.

O motivo que leva as pessoas a consumir bens não é a necessidade de subsistência, ou mesmo o aumento do conforto físico, como já se supôs, mas sim a emulação.

A riqueza toma o lugar da proeza e da façanha na base da estima social. O papel do ócio, seu valor direto e subjetivo, reside no fato de sua utilidade como um meio para obter o respeito de outros. Assim, a vida ociosa é o mais simples e patente modo de demonstrar força pecuniária.

Do ponto de vista econômico, o ócio – considerado uma atividade – está estritamente ligado à vida de façanhas, porém, como coisa distinta, pois não resulta

usualmente num produto material.

A instituição da propriedade começou com a propriedade de seres humanos – especialmente mulheres. Aparentemente, seus incentivos foram : a inclinação para o domínio e a coerção, a utilidade de escravos como prova de proeza de seu dono; a utilidade de seus serviços.

Sob o olhar de WEBLEN, para os que defendem o esporte como meio de salvação física ou moral, a relação do esporte com a cultura é quase a mesma que tem a tourada com a agricultura. Mesmo estando a aptidão às instituições esportivas sujeitas a um assíduo adestramento ou educação, isto não quer dizer que seu estado seja harmonioso, e consistente no que se refere ao estado feral. O resultado é antes de tudo, um retorno ao barbarismo, ou a *ferae natura*, uma acentuação dos traços ferais. Tomado do ponto de vista das exigências sociais e econômicas, são traços redentores do caráter selvagem.

O vigor físico adquirido na prática dos jogos atléticos é vantajoso do ponto de vista econômico, tanto para o indivíduo como para a coletividade. Já no que se refere às suas características, as vantagens resumem-se ao indivíduo.

O esporte se diferencia do duelo, admitindo outras finalidades, além dos impulsos de proeza e ferocidade. Os esportes, bem como a ordem geral dos impulsos e hábitos mentais predatórios, apresentam efeitos disciplinares, vistos do ângulo moralista. “Pensa-se, portanto, que os esportes favoreçam um hábito mental útil para os objetivos sociais ou industriais”¹.

Nos escritos de WEBLEN, a expressão “cultura bárbara” é apresentada, insistentemente, como uma máscara ritual, evidenciando sua intenção de denunciar a modernidade como sendo bárbara.

¹ WEBLEN, p. 245.

Theodore W. Adorno², indica três fontes para investigar a genealogia intelectual de VEBLEN. A primeira e mais importante é o pragmatismo americano, da qual VEBLEN pertence inteiramente. No centro de seu raciocínio, está o conceito de adaptação ou ajuste. “Os pensamentos são considerados verdadeiros na medida em que favorecem a adaptação, e contribuem para a sobrevivência da espécie”³. Suas críticas visam sempre as falhas na adaptação. Portanto, progresso é adaptação, nada mais.

A segunda fonte, remete ao positivismo tradicional da escola de Saint-Simon, Comte e Spencer. Neste sentido, “o mundo ao qual os homens de Veblen devem se adaptar, é o mundo da técnica industrial”⁴.

Já a terceira fonte de seu pensamento, mesmo sendo controversa, remete a Marx, pois sua crítica estabelece-se sob o ponto de vista não econômico. Sua idéia de consumo como um reflexo das qualidades sociais dos objetos de troca, é próxima da teoria marxista, do caráter fetichista da mercadoria.

O pensamento vebliano é um amálgama de positivismo e materialismo dialético. VEBLEN foi o primeiro a reconhecer a falsa individualidade das coisas. A cultura em sua obra surge como propaganda e exibição de poder, roubo e lucro.

Um dos fenômenos que não escapa ao seu olhar é o esporte, caracterizado sucintamente como erupção da violência, da opressão e do espírito predatório. Enquanto uma pseudo-atividade canalizaria energias que, em outras direções, poderiam tornar-se perigosas.

É preciso também que tenhamos clara sua imagem de sociedade, baseada no trabalho. Nesse sentido, a felicidade é focada apenas como satisfação do instinto de

² A esse respeito ver: **O ataque de Veblen à Cultura**. In: ADORNO, Theodore W. *Crítica Cultural e Sociedade*. Trad. Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida, São Paulo: Ática, 1998.

³ ADORNO, p.71.

⁴ ADORNO, p.72.

trabalho, característica suprema em WEBLEN. Embora ataque todos os tabus, sua crítica se detém diante do caráter sagrado do trabalho.

Uma vez que não consegue entender o processo social como um processo total, faz em seu interior, uma separação entre funções produtivas e improdutivas. Diante de sua ética puritana do trabalho, não suporta que a classe ociosa tenha a oportunidade de não estar totalmente submetida às necessidades da vida – uma adaptação necessária sob o seu ponto de vista.

Ao demonstrar que a sociedade procede segundo seus próprios critérios de maneira antieconômica, WEBLEN aponta para a irracionalidade da razão. Como economista, aborda a cultura com excessiva soberania, eliminando-a do orçamento como desperdício.

Todavia, como argumentou Adorno “os homens não são piores do que a sociedade na qual vivem: este é o corretivo para a misantropia de Veblen”⁵.

Há ainda uma outra questão : por que não aceitar os esportes como expressões legítimas de uma natureza humana natural e saudável?

A resposta webliana é surpreendente, apresentando o instinto de produzir como mais fundamental e mais antigo do que a propensão à competição predatória. Esta é a chave para a situação original, já que o paraíso é a aporia do positivista, pois acredita que antes mesmo do pecado original, os homens comiam o pão com o suor de seus rostos.

Enfim, dentre os elementos presentes nos esportes, a proeza revela duas principais direções : a força e a fraude, ambas as expressões são cultivadas e fortalecidas pela vida esportiva. Outro elemento invariavelmente presente é a estratégia ou astúcia, que se desenvolve em esperteza ou chicana. Todavia, dentre as características mencionadas, nenhuma tem qualquer valor para os propósitos da vida coletiva.

⁵ ADORNO, p.83.

Com a gradativa sobreposição da atividade industrial sobre a atividade predatória, a acumulação de bens toma o lugar dos troféus obtidos em façanhas predatórias (prisioneiros, territórios, riquezas), tornando-se um fator importante de diferenciação social.

Entretanto, apenas possuir bens não era suficiente, neste estágio cultural, para angariar prestígio. Seria necessário antes de qualquer coisa, que se demonstrasse a todos sua riqueza, pois caso contrário, corria-se o risco de não se conseguir consideração. Desse modo, o lazer surge enquanto uma possibilidade de se assinalar, à vista de todos, o distanciamento das classes superiores em relação às atividades produtivas.

Ademais, o decoro, a moda, as boas maneiras, as festividades, entre outras práticas, constituem o que VEBLEN chamou de consumo conspícuo, em outras palavras, gastos subordinados à ostentação, marca de um estilo de vida não relacionado à produtividade econômica.

É conveniente explicitar que o que rege o consumo para VEBLEN são os propósitos ostensivos, ou seja, símbolos reafirmadores de uma dada condição social. O que de fato faz a classe ociosa é o reafirmar seu compromisso com valores e práticas já consagradas, moldando sua imagem, associando-a a signos de qualidade, transformando atividades até então tidas como supérfluas em atividades com propósitos.

A valorização do consumo improdutivo de tempo (do lazer para VEBLEN), está mais presente em sua construção teórico-metodológica, uma vez que proporciona ao lazer, uma dimensão privilegiada para tratar de questões sociais.

Absorvido pelo valor primário do dinheiro, o lazer apresentar-se-ia como servidão ou, em outras palavras, nosso lazer não seria vivido para nós mesmos, mas para o impacto social que tem em outros, sendo, portanto, incapaz de oferecer genuína satisfação.

Feitas as observações mais diretamente relacionadas à “TEORIA DA CLASSE OCIOSA”, passamos ao exame das contribuições de ELIAS e seus colaboradores.

“A TEORIA DO PROCESSO CIVILIZADOR” nos coloca a perspectiva de longa duração, já que seus estudos estão centrados entre os séculos VII e XVII. Não há dúvidas sobre suas notáveis contribuições ao entendimento do processo pelo qual a humanidade foi submetida e também suas conseqüências.

O homem, num processo de longo prazo refreou suas pulsões, aumentando seu autocontrole, através de mecanismos externos (expressos nas leis) e mecanismos internos (na mudança no patamar dos sentimentos de vergonha e delicadeza).

Os escritos de ELIAS estabelecem a questão do controle das emoções, tendo como foco a sociedade européia. Portanto, constrói uma teoria centrada na Europa, o que não significa dizer que trata-se de uma teoria eurocêntrica.

Se a perspectiva de longa duração traz consigo uma perspectiva milenar e busca reconstruir a natureza deste processo, buscamos, ao utilizar o texto “FIRE AND CIVILIZATION” de GOUDSBLOM, alargar o marco inicial do processo civilizador, uma vez que o domínio do fogo exigiu do homem prudência e renúncia de seus instintos primários, chegando a transformar, como afirmou GOUDSBLOM, o hominídeo em homem.

Com o escopo de melhor perceber a complexidade do fenômeno lazer, procuramos suporte em outra obra de ELIAS, escrita com a colaboração de DUNNING. Sustentamos que para a reflexão sobre o lazer um caminho possível seria justamente apresentar a busca do prazer como um elemento fundamental.

ELIAS aventa as emoções humanas como elemento fundamental de análise, pois para o autor, o desenvolvimento humano refere-se ao crescimento emocional e seria dado pela possibilidade social e psicológica de diferenciar e consolidar seus controles emocionais.

É notória a contribuição de ELIAS e DUNNING para a teoria do lazer, sobretudo no que diz respeito à sua originalidade, opondo o lazer às rotinas da vida social, compreendendo-o como um meio para produzir o “descontrole controlado” das emoções,

pois liberariam as tensões provenientes do *stress* diário, ao mesmo tempo, que permitiria a manifestação intensa de sentimentos, sem ameaçar a integridade (física ou moral) das pessoas, ou mesmo a ordem social estabelecida.

Contudo a perspectiva figuracional aponta para o problema de como e por quê os seres humanos têm a necessidade de atividades como o esporte. ELIAS indica que o processo evolutivo biológico dirigiu o *Homo Sapiens* a ser um organismo que requer estímulos para funcionar satisfatoriamente, particularmente através da companhia de outros seres humanos. Neste sentido, o esporte teria surgido como um modo de prover tais estímulos.

Um outro sentido, no qual a sociologia figuracional caminha, consiste no fato de ela congrega aspectos da sociologia moderna e clássica. ELIAS remete-se ao “deselegante” COMTE e sua lei dos três estágios do crescimento intelectual, pois na perspectiva comtiana os problemas de desenvolvimento social, são centrais no empreendimento sociológico.

Também são centrais no seu pensamento, mas sobre outra perspectiva, os elementos das teorias de MARX, WEBER E DÜRKHEIM. Um exemplo é o conceito de classe; todavia ELIAS afasta-se de MARX, ao evidenciar que propriedade e controle no significado de produção não são universalmente a fonte de poder social.

De WEBER, utiliza o conceito de Estado, como uma organização que tem o monopólio da violência em um território ocupado, diferindo dos seguidores weberianos, pois reconhece que o Estado e seus agentes freqüentemente usam o seu poder ilegitimamente e para seus fins.

O acréscimo do pensamento eliasiano ao weberiano é estabelecer um vínculo entre o monopólio da violência dos Estados e seu monopólio sobre os impostos.

O principal conceito de DÜRKHEIM, presente no pensamento de ELIAS e radicalmente transformado, é o de interdependência. Para DÜRKHEIM, os elos de interdependência não figuram em sociedades mais simples, na qual a “solidariedade

mecânica” constituía a forma dominante de coesão social, mas seriam produzidos somente por uma divisão complexa do trabalho, dando lugar à “solidariedade orgânica”.

Para ELIAS, embora os elos de interdependência variem em densidade, visibilidade e comprimento, ela é por si um universo social. Isto não significa que ELIAS o utilizou num sentido harmônico. Assim, a interdependência não está envolvida na troca de bens e serviços, mas é uma característica profundamente enraizada na vida humana.

Como fica evidente, o conceito de civilidade expresso nas obras de VEBLEN e ELIAS, apresentam-se extremamente próximos. Tanto a classe ociosa, através das atividades de lazer e das boas maneiras, quanto a sociedade de corte, através do comportamento à mesa e outras condutas (o esporte é um exemplo), busca moldar sua imagem, diferenciando-se socialmente das outras classes.

Todavia, é certo que este processo não ocorre de forma linear, ficando claro também os esforços, principalmente das classes médias, para imitar este comportamento. Ao mesmo tempo, as classes altas desenvolvem formas cada vez mais refinadas de comportamento para manter seu distanciamento.

Já no que se refere ao lazer, VEBLEN o interpreta como simplesmente tempo gasto em atividades não produtivas, desprovido de qualquer valor cultural. Entretanto, ao focar a classe ociosa, evidencia que suas ocupações deveriam preservar entre outras coisas, características da proeza e façanha, em outras palavras, deveriam produzir tensão súbita.

Em sentido oposto, ELIAS e DUNNING apresentam o lazer enquanto um elemento fundamental para preservar a saúde mental humana. Assim sendo, as atividades de lazer, especialmente aquelas com características miméticas, seriam capazes de gerar uma tensão positiva e com efeito catártico.

No que diz respeito às características das atividades de lazer, ambos os autores (VEBLEN e ELIAS) destacam a possibilidade de gerar tensão, seja a proeza e a façanha no entendimento vebliano, seja em sentido contrário às rotinas diárias na percepção

eliasiana.

Por tudo que foi dito, nos limites deste estudo, “A TEORIA DA CLASSE OCIOSA” de VEBLEN e “O PROCESSO CIVILIZADOR” de ELIAS, bem como “A BUSCA DA EXCITAÇÃO” de ELIAS E DUNNING, constiuem-se em referências obrigatórias para o estudo do lazer.

VEBLEN e ELIAS nos seduzem a realizar o maior dos aprendizados, a aprender sobre nós mesmos. Evidentemente, obras desta natureza geram muita controvérsia, o que não retira o brilho e a originalidade de suas produções. Autores desta qualidade deixam suas marcas através do tempo, convidando-nos a trilhar novos caminhos.

REFERÊNCIAS:

LIVROS E PERIÓDICOS:

ADORNO, Theodore W. **O Ataque de Veblen à Cultura**. In: *Crítica Cultural e Sociedade*. Trad. Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.

BRUHNS, H. T. “Lazer, Cultura e Tecnologia”: discussões envolvendo aspectos da globalização. In: **Revista Licere**. Belo Horizonte: Centro de Estudos de Lazer e Recreação – CELAR, Escola de Educação Física da UFMG, 1998. v.1, n.1, p.77-94.

BRUHNS, H.T. (org.) **Temas Sobre Lazer**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2000. (Coleção educação física e esportes).

CHAUÍ citada por OLIVEIRA, In: BRUHNS, Heloisa T (org.). **Lazer e Ciências Sociais**: Diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva/Sesc, 1979.

DUNNING, E. **Sport Matters**:sociological studies of sport, violence and civilization. London/New York: Routledge, 1999.

ELIAS, N. **Introdução a Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 1v.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1993. 2v

“**On Human beings and their emotions: a process – sociological essay**”. In: FEATHERSTONE, Mike et. Al. (org). *The Body: social process and cultural theory*. Londres, Sage publications; New Delhi, Newbury Park, sd, pp.103-105 (texto republicado de *Theory, Culture & Society*, vol.4,pp.339-361), 1987.

ELIAS, N; DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992

GEBARA, Ademir. **Educação e lazer na teoria do processo civilizador**. FEF/ UNICAMP, 2001 (mimeo).

GOUDSBLOM, J. **Fire and Civilization**. London: Allen Lane, 1992.

GOUDSBLOM, J. **O Processo civilizador e a domesticação do fogo**. Trad. Maria Luiza Bissoto. *Jornal of World History*, vol.3,nº1, 1992. by University of Hawaii Press.

GUTIERREZ, Gustavo L. **Lazer e Prazer: Questões preliminares**. In: BRUHNS, Heloisa T.; GUTIERREZ, Gustavo L. (organizadores). *O Corpo e o Lúdico: ciclo de debates lazer e motricidade*. Campinas – SP.: Autores Associados, Comissão de Pós Graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2000.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Revisitar os Clássicos**, um convite aos estudiosos do trabalho e do não-trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA (4.:1996: Belo Horizonte). **Coletânea**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. p. 324-328.

VEBLEN, T. B. **A Teoria da Classe Ociosa**: Um estudo econômico das instituições. São Paulo: Pioneira, 1965.